

Sumário

Número de notícias: 38 | Número de veículos: 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ANFIP

Simplificar imposto para o país crescer 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda nega criação de taxa 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

É preciso corrigir vícios, diz diretor da Receita 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bancada evangélica diz que Receita faz perseguição ao reavaliar benefícios 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nem toda despesa com saúde pode ser deduzida na declaração do IR 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ANFIP

Um edifício com problemas 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Uma reforma ampla e justa 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Influenciadores atuam para explicar taxaço de produto importado 16

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo cria e retoma impostos visando arrecadar R\$ 150 bi para viabilizar novas regras
fiscais 19

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda quer fechar brecha legal em exportações para arrecadar até R\$ 30 bilhões por ano
..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CAPA
SEGURIDADE SOCIAL

Reforma tributária aumenta PIB em até 20% e amplia renda 23

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

FMI pede que grandes países, inclusive Brasil, cortem gastos e dívida 24

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Fila de espera por benefícios do INSS volta a aumentar neste ano 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Alckmin nega reforma ministerial depois de ministra pedir para deixar a União Brasil
..... 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Pobre é mais penalizado	32
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Modelo atual trava novos empregos	33
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA IVA dual: uma solução à vista	35
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Imposto simples: "Todos ganham"	37
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Municípios não querem perder ISS	38
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Simplificar para crescer	39
FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA Lira reage, atrai direita e base do governo e forma maior bloco na Câmara	41
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA Grupo da reforma estuda alíquotas diferenciadas para saúde e educação	44
O GLOBO - RJ - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA Depois da briga das MPs, Congresso não tem tempo a perder (Editorial)	46
VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO REFORMA TRIBUTÁRIA Arcabouço fiscal e reforma tributária	47
G1 - NACIONAL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA Após formação de novo superbloco , veja como fica a correlação de forças na Câmara	49
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS ANFIP Entenda desafios da proposta de reforma tributária debatida no Congresso	51
O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Avanços e desafios do novo arcabouço fiscal (Artigo)	54
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Qual o melhor arcabouço fiscal? (Artigo)	56
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Baixa da inflação nos EUA tem impacto no mercado de câmbio	57
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	

Principal efeito da taxaço de asiáticas será na arrecadaço.....	58
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇOES E IMPOSTOS	
Dívida do Brasil vai subir até 2028, estima FMI.....	60
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Dólar cai para R\$ 4,94, valor mais baixo desde junho de 2022.....	63
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Inflaço cai, mas pressões de demanda permanecem, afirma presidente do BC.....	66
O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇOES E IMPOSTOS	
Gestão fiscal: caminho a trilhar (Artigo).....	68
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Agora, ligeiro otimismo - CELSO MING.....	70
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
A investidores, Campos Neto nega mudança na Selic.....	72
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Marinho defende fórmula antiga para alta do mínimo.....	73
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
"Arcabouço fiscal pode ajudar mercado a mudar de patamar".....	74

Simplificar imposto para o país crescer



Jornalista Vicente Nunes (E) mediu o CB Talks sobre reforma tributária: em dois painéis, especialistas debateram as perspectivas do debate



Bernard Appy no CB Talks: maiores chances para o IVA dual

ROSANA HESSEL

O Brasil não cresce acima de 2% de forma sustentável devido, em grande parte, à falta de uma efetiva **reforma tributária**, que simplifique e destrave a economia. No começo dos anos 2000, o país despontou como um dos protagonistas do grupo dos países emergentes de crescimento rápido. Mas, na terceira década do novo milênio, registra as menores taxas de expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**).

A necessidade de mudanças no complexo sistema nacional de **tributos** - que afugenta muitos investidores brasileiros e estrangeiros - é mais do que urgente. Especialistas destacam que uma reforma bem feita poderá alavancar o **PIB** potencial em até 20% nos próximos 10 a 20 anos.

Ante essa realidade, o Correio Braziliense realizou, ontem, em parceria com a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil

(Unafisco Nacional), o seminário Correio Talks: **Reforma Tributária**: o Brasil quer **impostos** justos.

O evento teve a presença de parlamentares, autoridades e especialistas. Um dos impactos destacados foi de que, com a reforma no modelo tributário, a renda per capita poderá crescer em torno de R\$ 500 por mês e até R\$ 6 mil por ano.

Na abertura do evento, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, destacou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende realizar as mudanças no sistema tributário em duas etapas: primeiramente, pelo consumo; em seguida, pela renda.

Appy ressaltou que, nessa primeira fase, será preciso aproveitar as propostas de emenda à Constituição que estão no Congresso Nacional: a PEC 45/2019, da Câmara dos Deputados, e a PEC 110, do Senado Federal. As duas matérias ficaram paradas no Legislativo durante o governo anterior, que tentou apresentar uma proposta própria, que também não prosperou.

A ideia do novo governo, segundo Appy, é aproveitar o teor das PECs para construir um texto único de uma **reforma tributária** que, além de simplificar o sistema atual, garanta um crescimento de, pelo menos, 12% no Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro, em 20 anos.

De acordo com o secretário, alguns estudos indicam que uma boa **reforma tributária** poderá garantir aumento de até 20% no **PIB** potencial daqui a cerca de 10 a 20 anos. Na avaliação dele, as duas propostas têm inúmeros pontos em comum, com taxações adicionais sobre produtos que agridem a saúde e o meio ambiente, por exemplo.

A diferença entre as duas, apontada por Appy, é que a PEC 45 propõe um imposto único, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que unifica cinco **tributos** federais e regionais; e a PEC 100 estabelece um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, sendo um cobrado pelo governo federal e o outro, pelos entes federativos.

Durante a apresentação de abertura, Appy chamou a atenção para a complexidade do sistema de **impostos** brasileiros, denominando-o de "manicômio", mesmo termo utilizado pelo ex-senador Roberto Rocha, também convidado ao encontro. Rocha se juntou ao deputado Aginaldo Ribeiro (PP-PB), relator da PEC

45, também convidado do CB Talks, e sustentou que a **reforma tributária** vai melhorar a distribuição de renda no país. "Essa reforma que estamos fazendo tem o papel de cidadania, para construirmos a cidadania do ponto de vista fiscal e social", complementou Ribeiro.

Debate maduro

Na avaliação do deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do grupo de trabalho sobre **Reforma Tributária** na Câmara, o debate acerca do tema está bastante maduro. Segundo ele, será possível unir parlamentares governistas e da oposição para aprovar a PEC da **reforma tributária** com ampla maioria. "Creio que teremos mais de 400 parlamentares votando a favor", estimou o parlamentar ao Correio. Para ser aprovada na Câmara, uma PEC precisa de, no mínimo, 308 votos favoráveis. "Essa matéria será uma reforma do Estado e não de governo, e será votada", afirmou.

Na parte relativa à taxação sobre renda, o secretário-geral da Unafisco, Pedro Delarue Tolentino Filho, defendeu a tributação de lucros e dividendos, uma vez que apenas o Brasil, Estônia e Eslováquia não adotam essa cobrança. Pelas contas dele, uma taxação de lucros e dividendos, mesmo de forma parcial, como ocorre em países como México, Chile e Nova Zelândia, permitiria um aumento da arrecadação do governo federal de R\$ 80 bilhões a R\$ 90 bilhões por ano.

"Esse recurso poderia ser utilizado para atualizar a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física e até contribuir para reduzir um pouco o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), fazendo um mix", sugeriu Delarue. "Sem tributar dividendos e lucro das empresas, o governo perde duas vezes", frisou. Delarue também lembrou, que, ao não tributar dividendos e lucros pagos aos acionistas, o governo descumpra um dos princípios basilares da Constituição: a isonomia.

Quatro perguntas para Bernard Appy

O senhor falou que o governo apoia as propostas de **reforma tributária** do Congresso. Qual das duas - a PEC 45 ou a PEC 110 - deve caminhar mais?

Na verdade, as duas se aproximaram muito. O resultado final vai ser uma composição das duas, acredito eu, com um texto único. O próprio grupo de trabalho da Câmara, neste momento, está trabalhando com as duas PECs como referência. O objetivo é importante, porque se não fizer isso, elas não são muito diferentes. Foram diferentes no começo. Hoje são muito mais próximas.

Mas o imposto dual e o imposto único se diferenciam nas duas propostas. O senhor acha que vai caminhar para qual solução?

Vai ser uma decisão do Congresso. Mas a nossa avaliação é que, politicamente, tem mais chance de avançar o IVA dual do que um IVA único. Do ponto de vista das empresas, o ideal seria um IVA único, mas ter dois IVAs com a mesma legislação. A diferença é muito pequena, não tem realmente um impacto muito relevante do ponto de vista das empresas. Politicamente, o IVA dual parece-me ser mais factível por conta das questões federativas.

O senhor comentou sobre a segunda etapa da **reforma tributária**, sobre a renda.

O ministro Haddad tem falado um pouco sobre isso também. Essa reforma da renda vai vir.

Ainda não estou antecipando detalhe. O ministro falou algumas coisas que estão vindo agora para a redução de distorções. Isso pode vir antes, mas o grosso dessa reforma vem em seguida.

Quando? Depois da viagem presidencial para a China ou ainda neste semestre?

Não sei. Pode ser. Não tenho, tenho como dar o timing agora, porque ainda não está decidido (o cronograma).
(RH)

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/04/13/all.pdf>

Tributação pelo mundo

Compare o modelo tributário adotado no Brasil ao de outros países. Por aqui, a carga de impostos recai mais sobre o consumo. Em países desenvolvidos, o fisco impõe taxas maiores sobre patrimônio e renda.



TRIBUTAÇÃO SOBRE CONSUMO
Tributos como ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins



TRIBUTAÇÃO SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO
Tributos pagos pelo empregador, como salário educação, ou contribuições trabalhistas e previdenciárias



TRIBUTAÇÃO SOBRE PATRIMÔNIO
Impostos como IPVA, IPTU, e ITR



TRIBUTAÇÃO SOBRE RENDA
Imposto de Renda

CANADÁ



PAÍSES DA OCDE



BRASIL



ARGENTINA



Fonte: Unafisco Nacional

Fazenda nega criação de taxa

Renato Souza

O governo federal mobilizou aliados nas redes sociais para tentar conter uma onda de críticas provocada após a notícia de que está sendo preparada uma medida provisória para taxar compras on-line de até US\$ 50 (R\$ 250). A informação começou a ser disseminada na terça-feira e gerou preocupação nos consumidores.

No fim da noite de ontem, o Ministério da Fazenda afirmou que não fará esse tipo cobrança, mas, sim, reforçará a fiscalização.

Falhas na comunicação do Executivo, assim como ausência de explicações sobre o que de fato está sendo articulado, provocaram uma enxurrada de críticas.

A turbulência ocorreu enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, viajam à China.

No Twitter, a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, afirmou que a taxa será apenas sobre empresas estrangeiras que enviam produtos ao Brasil, e não sobre os consumidores. No entanto, o temor é de que os custos sejam repassados para os compradores.

Na mira da medida provisória estão empresas chinesas, como o AliExpress e a Shein, que têm milhares de clientes no Brasil. O governo afirma que existe uma concorrência desleal e que essas companhias enviam itens sem informar o número de cadastro empresarial, como o CNPJ. Resolução da **Receita Federal** só isenta de **impostos** a venda de produtos entre pessoas físicas.

Em mensagens às quais o Correio teve acesso e repassadas a grupos de influenciadores aliados, integrantes do governo pedem a difusão nas redes sociais de dois pontos: que a taxa tem os objetivos de "combater a sonegação de **impostos** no comércio eletrônico" e do de "proteger empresas brasileiras, e o mais importante, proteger os trabalhadores".

O ministro da Secretaria de Comunicação, (Secom), Paulo Pimenta, afirmou nas redes sociais que "nada muda para quem importa legalmente".

Já o Ministério da Fazenda afirmou que reforçar a fiscalização contra eventuais fraudes.

A pasta alegou, em nota, que a isenção para importações até o valor descrito jamais ocorreu.

"Nunca existiu isenção de US\$ 50 para compras on-line do exterior. Portanto, não faz sentido afirmar que se pretende acabar com o que não existe. Nada muda para o comprador e para o vendedor on-line que atua na legalidade", diz um trecho do texto. "O que o Ministério da Fazenda pretende fazer é reforçar a fiscalização. A partir da medida provisória, o exportador vai ter de prestar declaração antecipada com dados do exportador e de quem compra, além do produto", completou.

A pasta também afirma que as mudanças previstas ocorrerão para coibir práticas ilegais. "Sobre o fim dos US\$ 50 de isenção de pessoa física para pessoa física, o Ministério da Fazenda esclarece: esse benefício se aplica somente para envio de pessoa física para pessoa física. Se, com base nele, empresas estiverem fracionando as compras e se fazendo passar por pessoas físicas, estão agindo ilegalmente. Com as alterações anunciadas, não haverá qualquer mudança para quem, atualmente, compra e vende legalmente pela internet", enfatizou.

A isenção para compras entre pessoas físicas, limitadas até o valor de US\$ 50, está prevista na portaria 156, de 1999, do Ministério da Economia.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/04/13/all.pdf>

É preciso corrigir vícios, diz diretor da Receita

ED ALVES/CB/D.A.Press



Mombelli: uma solução para o "emaranhado" tributário

L

FERNANDA STRICKLAND

O diretor de programa da **Receita Federal**, Fernando Mombelli, afirmou que o sistema simplificado da **reforma tributária** "vai melhorar a vida do brasileiro". Segundo ele, vários aspectos serão aprimorados com a **reforma tributária** a partir da simplificação dos **impostos**.

"Vai melhorar a vida das empresas e vai trazer luz, trazer transparência ao que a gente não tem hoje", disse.

Saber o caminho a ser traçado é essencial, defendeu ainda o diretor de programa da **Receita Federal**. "Se tivéssemos a Constituição de 1988 trazida para hoje, veríamos que seria muito mais fácil a aprovação, pois estaríamos sem os vícios e sem os privilégios que foram colocados ao longo do tempo, transformando a nossa legislação de forma caótica", apontou.

Mombelli detalhou o nó tributário no qual o país está metido. "Hoje nós temos um emaranhado de leis, de reduções de base de cálculo, de alíquotas diferenciadas, de reduções, de créditos presumidos que nos enlouquecem. Por exemplo, a legislação do piso da Cofins, que é o do âmbito de tributação federal, iniciou lá em 1982, com uma lei com 0,5% de faturamento. E naquela época era só sobre bens", exemplificou.

Tais vícios, segundo o diretor de programa da **Receita Federal**, se tratam de escolhas ao longo do tempo e dificultam as mudanças. "Depois houve um aumento da carga tributária, do financiamento do Estado aos novos desafios da Constituição brasileira. Desta forma, o 0,5% passou a ser 3%. Ou seja, seis vezes o valor, em 1988.

Foi uma escolha de financiamento de Estado, que nós estávamos vivendo, um problema de inflexão do plano real", descreveu. (FS)

"Esse novo prédio, chamado Brasil, tem que contemplar todos esses andares e também o velho prédio, aquele que mostramos com privilégios, muitos pobres e é complexo" Mauro Silva, presidente da Unafisco

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/13/all.pdf>

Bancada evangélica diz que Receita faz perseguição ao reavaliar benefícios

Ranier Bragon Brasília

Líderes da bancada evangélica no Congresso afirmam que a reavaliação de benefício tributário concedido na gestão Jair Bolsonaro (PL) ao segmento é perseguição política por parte do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Formada em grande parte por integrantes do PL de Bolsonaro, a bancada promete resistir a eventuais mudanças na interpretação do Fisco.

"Tivemos reuniões com a Receita desde o governo Michel **Temer** [2016-2018] e, depois, na época do governo do presidente Bolsonaro. Tínhamos uma série de pedidos, a Receita aos poucos foi entendendo o que tinha acontecido e chegou ao ponto de a gente conseguir resolver 70% dos problemas", afirma o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), que presidiu a frente evangélica até fevereiro deste ano.

"A gente tem clareza de que a Receita durante os governos petistas foi usada através de instruções normativas para perseguir o segmento religioso", diz ele.

Como mostrou a Folha, a isenção tributária a pastores evangélicos publicada pela Receita às vésperas da campanha eleitoral de 2022 está passando por reavaliação interna do Fisco, sob suspeita de ter ocorrido de forma atípica.

O ADI (Ato Declaratório Interpretativo) nº 1, de 29 de julho de 2022, ampliou o alcance da isenção previdenciária a pastores -forte núcleo de apoio a Bolsonaro, candidato à reeleição- e também está sob investigação do TCU (Tribunal de Contas da União).

Um dos pontos detectados, de acordo com envolvidos na análise, é que a edição do ato não passou pela avaliação técnica da subsecretaria de tributação da Receita.

O ato, que trata da prebenda (valor fixo recebido pelos pastores e líderes religiosos, em geral para sua subsistência), foi o capítulo final de uma longa lista de projetos aprovados pelo Congresso por pressão da bancada evangélica que resultaram em anistia e isenção a igrejas evangélicas.

A lei isenta a prebenda do recolhimento, pelas igrejas, de contribuição previdenciária, desde que ela tenha relação com a atividade religiosa e não seja vinculada a alguma espécie de produtividade.

A **Receita Federal**, porém, detectou nos últimos anos que algumas igrejas adotavam um sistema similar ao da participação nos lucros de empresas privadas. Ou seja, a distribuição de altas somas de dinheiro que premiavam pastores e líderes religiosos de templos com maior arrecadação de dízimos.

Apesar de reconhecer a contribuição de Bolsonaro, Sóstenes diz considerar injusta a afirmação de que o ex-presidente foi o responsável pelas medidas em prol da bancada evangélica devido ao veto que ele aplicou em 2020 a um artigo que aprovava uma anistia aos religiosos. O próprio Bolsonaro, porém, estimulou o Congresso a derrubar o seu veto.

"Ele não resolveu, nós [Congresso] é que resolvemos por nós mesmos. Ele até contribuiu, ajudou as reuniões, botou o Paulo Guedes [ministro da Economia] e o secretário da Receita em reuniões com a gente, na sala dele, na Presidência, mas na hora que ele teve que sancionar nossa lei, ele vetou [parcialmente]. Ele não tem responsabilidade legal sobre isso." Atual presidente da frente evangélica, o deputado Eli Borges (PL-TO) afirma concordar com eventual reavaliação do ato da Receita, desde que seja para deixá-lo mais claro no sentido da isenção para o exercício do sacerdócio.

"Não podemos perder as conquistas, nós queremos ampliá-las. A igreja faz rele vante trabalho para a sociedade brasileira praticamente a custo zero. Os pastores prestam relevante serviço para a sociedade, com a doação sacerdotal, e precisam ser respeitados nessa questão tributária. Naturalmente existe a questão pessoal de cada um. Aí, fora do sacerdócio, entendemos que a lei tem que alcançar a todos", diz.

O deputado Pastor Marco Feliciano (PL-SP) diz considerar a publicação da Receita de 2022 um ato jurídico perfeito, que só é revisto agora por razões políticas.

"Usam-se lupas para debruçar sobre tudo que envolva as igrejas, a fim de criar factoides, reformando tudo que foi elaborado pelo governo passado", afirma. "No

que se refere a assuntos de interesse social dos cristãos, a ampliação do alcance da isenção previdenciária a pastores não pode ser encarada como privilégio, mas questão de justiça." Segundo ele, a base evangélica no Congresso está em alerta para resistir a eventuais mudanças.

A Receita enviou as informações sobre o caso ao TCU em fevereiro deste ano. O tribunal havia aberto ainda em 2022 um procedimento para investigar possíveis irregularidades na edição do ADI. Ao fim desse procedimento, a normativa poderá ser total ou parcialmente revista.

"Não podemos perder as conquistas, nós queremos ampliá-las. A igreja faz relevante trabalho para a sociedade praticamente a custo zero [...].

Os pastores precisam ser respeitados nessa questão tributária" Eli Borges deputado federal (PL-TO) e presidente da frente evangélica no Congresso

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50245>

Nem toda despesa com saúde pode ser deduzida na declaração do IR

Fernando Narazaki

As despesas médicas e hospitalares permitem dedução na declaração do Imposto da Renda 2023 e podem ajudar o contribuinte a aumentar sua restituição ou reduzir o imposto a ser pago.

Os gastos com saúde estão entre os principais itens que podem mais contribuir para a restituição maior, já que não há limite de dedução, diferentemente do que ocorre com outras despesas, como com educação, por exemplo.

O contribuinte pode deduzir seus gastos com saúde e de seus dependentes e alimentados (quem recebe pensão alimentícia por decisão judicial ou homologada por escritura pública).

Porém nem todas as despesas são aceitas pela **Receita Federal**, havendo regras que limitam o uso. Um exemplo são os gastos com remédios, enfermeiros e materiais cirúrgicos que são dedutíveis apenas se estiverem no pagamento de uma internação hospitalar.

Na maioria dos casos, as despesas com tratamentos para saúde, hospitais, médicos de todas as especialidades e dentistas permitem dedução. Já os pagamentos feitos a outros profissionais da área e locais como farmácias, por exemplo, não são validadas pela Receita.

Para comprovar o gasto, o contribuinte precisa ter os recibos e notas fiscais, além de dados dos profissionais ou hospitais, como CPF ou CNPJ, e identificação de quem foi o beneficiário, seja o declarante, o dependente ou o alimentando.

As despesas médicas são um dos principais motivos de as declarações caírem na malha fina. "As despesas médicas não confirmadas, quando o valor não foi confirmado pelo profissional ou hospital, e as despesas médicas não dedutíveis estão entre os maiores problemas", afirma David Soares, consultor tributário da IOB.

Mesmo quem optar pela declaração pré-preenchida precisa estar atento e checar se as informações enviadas pelos médicos ou hospitais estão corretas. "Caso não venha [automaticamente na declaração pré-preenchida] uma despesa ou houver uma divergência,

o contribuinte tem de incluir na sua declaração e, se possível, avisar quem recebeu o pagamento", diz o advogado tributarista Jonathas Lisse, da VRL Advogados.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50245&maxTouch=0&_ga=2.78570196.154012437.1681189877-1380897342.1635735907

Um edifício com problemas

Ed Alves/CB/D.A Press



Mauro Silva, presidente da Unafisco, defende uma reforma unificada

RAFAELA GONÇALVES

A proposta de **reforma tributária** que tramita no Congresso está sendo discutida de forma fatiada. No primeiro semestre, será tratada a reformulação nos **tributos** sobre o consumo e a reforma do Imposto de Renda, que inclui a tributação sobre dividendos, ficará para o segundo semestre. O presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco), Mauro Silva, defendeu que a reforma seja tocada de maneira unificada.

"Não tem sido essa a opção do governo, mas entendemos que temos classe política e corpo técnico competentes para levar em paralelo tanto a reforma sobre o consumo quanto sobre a renda", avaliou Mauro Silva. "Acho que temos capacidade para isso, mas há aqueles que acreditam que o foco é melhor", enfatizou. "Compreendo a opção política atual, mas faço o chamado para essa reflexão, de que é capaz e talvez até facilite a discussão sobre o consumo, levar em paralelo a discussão sobre a tributação da renda", acrescentou.

Ao fazer a analogia do sistema tributário com um edifício, ele citou cinco pilares: tributação sobre o consumo, renda, patrimônio, comércio exterior e o sobre o financiamento da previdência. Para o presidente da Unafisco, há problemas em todos os "andares do edifício" e não é possível focar apenas em determinadas distorções do sistema tributário atual.

"Esse novo prédio, chamado Brasil, tem que contemplar todos esses andares e também o velho prédio [o sistema atual], aquele que mostramos que há privilégios, muitos pobres e é complexo. Temos dialogado com o Congresso no sentido dessa preocupação de não desconsiderar a importância da administração tributária", afirmou.

"Uma vez que a renda das famílias e o investimento das empresas chegue em mais de 80% do **PIB** (Produto Interno Bruto), é compreensível que se jogue um olhar mais preocupante sobre a tributação do consumo. Mas eu não posso ignorar que este prédio não tem só um andar", insistiu.

O presidente da Unafisco reforçou que em um país como o Brasil, o financiamento da previdência tem uma necessidade de ajudar os mais pobres. "Isso tem sido esquecido na **reforma tributária**. O que estamos assistindo é a precarização das relações de trabalho", criticou.

"Bicicleta"

Ele citou, por exemplo, a situação de trabalhadores empregados em plataformas digitais. "Esse tal de empreendedorismo do cara de bicicleta, que é praticamente um trabalho semi-escravo; os aplicativos estão erodindo a base das folhas de salários e comprometendo o financiamento da previdência", afirmou Silva. Ele citou ainda o movimento de "pejotização", com a ampliação de Microempreendedores Individuais (MEIs). Segundo ele, o fenômeno também enfraquece a folha de salários.

"Os problemas desse andar mal têm sido tocados e é preciso encarar isso, porque é um problema social gravíssimo", destacou Mauro Silva. No caso da tributação do patrimônio, o auditor fiscal lembrou da cobrança do IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores), que também deveria ser cobrado de jatinhos; e a tributação sobre heranças, que tem no Brasil uma das alíquotas mais baixas do mundo, não passando de 8%, enquanto países desenvolvidos cobram de 30% a 50%.

"Aqueles países citados para dizer que o Brasil precisa "chegar lá" cobram essas alíquotas, mas nessa hora ninguém gosta de citar", observou Mauro Silva. "Se precisamos ser igual ao Chile ou aos Estados Unidos, então que sejamos também na tributação sobre a herança, no ITCMD (Imposto sobre Transmissão

Causa Mortis e Doação)", comparou o presente da Unafisco. Ele citou também benefícios fiscais ineficientes, "enormes e bilionários na área do Imposto de Renda, que precisam ser tratados". (RG)

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/04/13/all.pdf>

Uma reforma ampla e justa



O deputado e relator da Reforma Tributária na Câmara, Aginaldo Ribeiro: mudança no atual modelo deve atender ao interesse geral

TAÍSA MEDEIROS RAFAELA GONÇALVES FERNANDA STRICKLAND HENRIQUE LESSA

Em um debate que se arrasta há décadas, uma pergunta se impõe: qual **reforma tributária** é possível no Brasil? Essa indagação conduziu o primeiro painel do CB Talks realizado ontem no auditório do Correio. O debate reuniu o deputado e relator da **Reforma Tributária** na Câmara, Aginaldo Ribeiro (PP-PB); o presidente da Unafisco, Mauro Silva; o ex-senador Roberto Rocha; e o diretor de programa da **Receita Federal**, Fernando Mombelli.

Ao comentar o tema, Ribeiro defendeu uma mudança na regra tributária que "atenda ao interesse do país", e que não leve em conta apenas os anseios do governo ou de parcela da sociedade. "Uma reforma como essa é estruturante para o país. Ela é progressiva porque visa distorcer o que construímos ao longo de 50 anos de história, onde nos especializamos, ao longo desse tempo, em construir o pior sistema tributário do planeta", criticou.

O parlamentar lembrou a dificuldade do país em competir em nível global. Segundo o ranking Competitividade Brasil, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Brasil ocupa a 16ª posição na escala que mede o potencial competitivo das empresas brasileiras.

"Estamos fora do mundo. Precisamos fazer esse ajuste porque não temos como concorrer hoje, com quem quer que seja. Esse sistema é muito caro e traz o famoso Custo Brasil, que é impeditivo. Oitenta por cento do chamado Custo Brasil estão no sistema tributário brasileiro", destacou.

O ex-senador Roberto Rocha, que foi relator da PEC 110/2019, apresentada pelo senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), definiu o atual sistema como "um

manicômio tributário" e alertou para o fato de que a complexidade afasta os investimentos do Brasil, ampliando a pobreza com a não geração de riqueza.

Rocha avaliou, ainda, que o sistema tributário brasileiro está na era analógica, enquanto a sociedade já é digital. A consequência disso é a disparidade na arrecadação, especialmente entre as maiores empresas do país, citando as plataformas que não são tributadas.

"Nós temos o maior restaurante do Brasil, que não tem uma panela; a maior rede de táxis, que não tem um carro; e a maior rede de hotel do país, que não tem um quarto", exemplificou o ex-senador. Por fim, Rocha defendeu ainda que, após a aprovação da reforma no parlamento, será necessário se debruçar sobre uma reforma administrativa.

Edifício tributário

O presidente da Unafisco, Mauro Silva, enfatizou o papel decisivo dos parlamentares para o sucesso da reforma. Utilizando a analogia da construção de um edifício para exemplificar o que seria o novo sistema tributário, Silva definiu os parlamentares como os engenheiros do "prédio".

"Não adianta um desenho muito bem feito se os engenheiros que forem colocar de pé esse prédio tributário, chamado Brasil, não estiverem bem sintonizados e aproveitarem as experiências dos problemas passados", afirmou, ao destacar a importância do diálogo para a construção da reforma.

"A reforma é um desafio político que depende de que a sociedade seja esclarecida, para que essa compreensão chegue também até o Congresso Nacional. Há obstáculos a serem ultrapassados, e só o debate pode fazer com que se clareie os caminhos", frisou.

O diretor de programa da **Receita Federal**, Fernando Mombelli citou alguns desses desafios. Um dos principais, na opinião dele, é manter a atual carga tributária, sem aumentá-la. "Temos que manter a base tributária entre os entes federativos. Isso é um desafio porque se reflete em tudo. Precisa calcular o passado, trazer isso para o presente, para impactar no futuro, e calcular a alíquota modal, para que assim tenhamos a efetiva tributação", explicou.

Aginaldo Ribeiro comentou a complexidade de se

definir uma regra tributária justa. "Uma reforma como essa não é uma reforma de governo, é uma reforma do Estado brasileiro. Aliás, é uma coisa que nós perdemos de vista. Nós discutimos e implantamos as políticas de Estado. São aquelas que decidimos como cidadãos, não importa se vai ser a esquerda ou a direita ou centro que vai executar. Mas nós sabemos para onde queremos ir", completou.

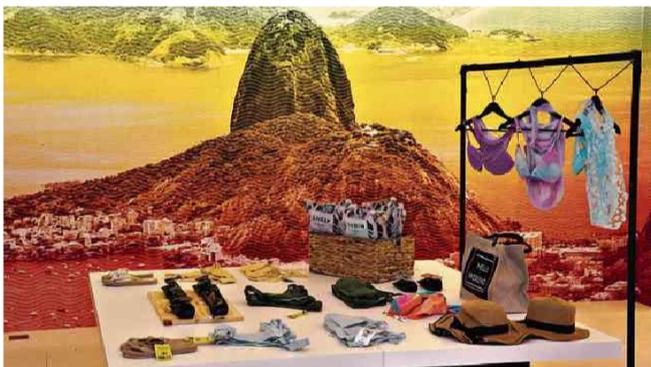
O relator externou o tipo de pressão a que é exposto. "Algumas pessoas me perguntam: você acha que tem ambiente para se aprovar uma **reforma tributária**? E eu respondo: "Não vai ter ambiente nunca". Se a gente fosse pensar, o ideal era primeiro reduzir o tamanho do Estado. Adaptar o Estado à nossa realidade, reduzir o compromisso fiscal que nós temos hoje. E aí fazer uma reforma que a gente pudesse reduzir a carga tributária", apontou.

Aguinaldo ressaltou a urgência de se rever o modelo tributário. "Temos primeiro a exaustão de um sistema tributário que ninguém consegue mais conviver com ele. Nem a federação, nem os entes federados, nem os setores", constatou.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/13/all.pdf>

Influenciadores atuam para explicar taxaço de produto importado



Estande em loja pop-up da Shein em shopping no Rio no ano passado 1ºabr.22/Divulgação

Renato Machado

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) atuou nesta quarta-feira (12) para conter os desgastes provocados pelo anúncio do fim da isenção de imposto de importação para encomendas de até US\$ 50 (R\$ 250) remetidas por pessoas físicas e destinadas também a pessoas físicas.

Membros do governo apontam que houve uma falha na comunicação, o que desvirtuou a mensagem oficial e abriu brecha para a versão de que a equipe de Lula estava taxando compras online.

Por isso, houve uma estratégia para reverter a narrativa, com postagens nas redes sociais e também mobilizando influenciadores.

O governo Lula confirmou nesta semana que vai atuar para barrar o chamado "contrabando digital", ao colocar fim na isenção de **impostos** de importação para encomendas enviadas por pessoas físicas para pessoas físicas. A equipe econômica estima arrecadar até R\$ 8 bilhões fechando o cerco às plataformas de varejo internacionais.

O objetivo da medida é barrar o uso dessa isenção por empresas de comércio eletrônico que fraudam o processo de importação e colocam indevidamente o nome de indivíduos como remetentes.

De acordo com a **Receita Federal**, as regras já não permitem isenção para compras de produtos de empresas e, portanto, o que está se buscando é o efetivo pagamento do tributo devido.

Não haverá mais distinção de tratamento nas remessas por pessoas jurídicas e físicas -o que

serviria hoje apenas para fraudes generalizadas, segundo o governo. A medida afeta consumidores de lojas virtuais como Shein, Shopee e AliExpress, muito populares entre brasileiros.

Remessas realmente feitas por pessoas físicas para pessoas físicas, que também passam a ser tributadas a partir de agora e elevariam o custo dos que fazem essa transação, representam um universo inexpressivo, segundo a Receita -segundo o órgão, na maior parte das importações, a isenção só beneficiava fraudadores.

O governo, no entanto, passou a sofrer um grande desgaste com a disseminação de mensagens de que estaria taxando compras online em geral. Adversários do governo, como o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), aproveitaram para atacar o governo,

A avaliação do Palácio do Planalto é que houve falha da comunicação, em um assunto delicado e que deveria ser melhor trabalhado pela comunicação do governo. Interlocutores afirmam que até o uso do termo "contrabando digital" era prejudicial e ofensivo à população que efetuava compras em sites internacionais.

Por isso houve uma ofensiva, em especial nas redes sociais, para tentar reverter a narrativa e deixar claro que não se tratava de uma nova taxaço. O governo inicialmente divulgou alguns cards para tentar explicar melhor a questão.

Uma das pessoas que atuaram para tentar reverter a narrativa foi a primeira-dama Rosângela Lula da Silva, a Janja, que está em viagem à China e rebateu online uma notícia sobre o assunto.

"Amigo, total errada essa matéria. Tô aqui no avião com o ministro Haddad que me explicou direitinho essa história da taxaço. Se trata de combater sonegação das empresas e não taxar as pessoas de comprar", escreveu a primeira-dama.

"A taxaço é para empresas e não para consumidores", completou.

Influenciadores de esquerda também publicaram diversas mensagens nas redes sociais buscando defender o governo e esclarecer o assunto. O

influenciador Felipe Neto postou no Twitter uma sequência de mensagens buscando explicar que não se tratava de uma nova taxa.

"Se você viu que o governo vai tributar a Shopee, Shein e o AliExpress, saiba: Estão mentindo pra você de propósito. Toda compra feita nesses sites JÁ É tributada em até 60%. Contudo, algumas empresas estão cometendo FRAUDE para fugir do pagamento de **impostos**", escreveu Felipe Neto, na primeira de suas mensagens.

Procurado pela Folha, o influenciador afirmou por meio de sua assessoria de imprensa que não foi um dos influenciadores mobilizados do governo. Acrescenta que não houve nenhum contato pela parte da equipe de Lula e que "as opiniões são dele mesmo. Até hoje não fez nenhum post a pedido do governo".

Também nesta quarta, o ministro Luiz Marinho (Trabalho) afirmou que o fim da isenção de Imposto de Importação para encomendas de até US\$ 50 é uma necessidade para evitar um processo de competição desleal que impacte o mercado brasileiro. Em comparecimento à comissão do Trabalho da Câmara, ele questionou ainda os efeitos da prática no país. "O e-commerce é um sucesso de público, de venda, mas é um sucesso de trazer justiça social para o país?" Segundo Marinho, as correções tributárias que o ministro Fernando Haddad (Fazenda) promete adotar para combater o "contrabando digital" são uma necessidade.

Isenção de até US\$ 50 beneficia mais pobres, afirma entidade

A Câmara-e.net (Câmara Brasileira da Economia Digital) disse nesta quarta (12) ver com preocupação as discussões que têm ocorrido no Ministério da Fazenda sobre o fim da isenção de Imposto de Importação para encomendas de até US\$ 50 (R\$ 250) remetidas por pessoas físicas e destinadas também a pessoas físicas. Segundo a entidade, a regra em vigor há mais de 20 anos beneficia milhões de brasileiros, especialmente aqueles de baixa renda. A entidade afirma ter tentado contato com a **Receita Federal** para apresentar contribuições acerca das mudanças propostas, mas não foi atendida. "As alterações até o momento anunciadas podem gerar consequências negativas para a sociedade, visto que os produtos comercializados pelo e-commerce internacional terão um sobrepreço de pelo menos 60%, algo completamente fora dos padrões internacionais."

Entenda a taxação em compras de importados

Quando o imposto começa a ser cobrado?

Ainda não há uma data

Quem vai pagar?

A ideia é passar a cobrar tributo de produtos importados por pessoas físicas e remetidos por pessoas físicas até o valor de US\$ 50 (R\$ 250), hoje isentos. O tributo será recolhido antecipadamente pelo vendedor, que poderá repassar o custo para o consumidor.

Se o imposto não for recolhido antes, caberá ao destinatário pagá-lo em uma agência dos Correios

Qual a justificativa para a medida?

Segundo o governo, empresas de comércio eletrônico colocam indevidamente o nome de pessoas físicas como remetentes para escapar do imposto. Com isso, elas têm mais uma vantagem na concorrência com empresas brasileiras

Quais as empresas afetadas?

O imposto vai atingir produtos comercializados por meio de plataformas de varejo internacionais. Entre elas, varejistas asiáticas, como AliExpress, Shein e Shopee, que abocanharam uma parte significativa do mercado brasileiro com produtos mais baratos. Vendedores que hoje burlam as regras passarão a ter que recolher imposto, o que deixará o produto mais caro

O que muda para o consumidor e essas plataformas?

A Receita deve prever a obrigatoriedade de declarações completas e antecipadas da importação por parte das plataformas, identificando exportador e importador, com possibilidade de multa em caso de subfaturamento ou dados incompletos ou incorretos. Com a declaração antecipada, a mercadoria chegaria ao Brasil já liberada, podendo ir diretamente para o consumidor. A Fazenda diz que "as mudanças vão beneficiar o consumidor, que vai receber suas compras on-line mais rápido", já que, com o novo processo, a liberação será agilizada. "Beneficiam-se também as empresas brasileiras, sobretudo as pequenas empresas, que são as que mais empregam e pagam corretamente os seus **tributos**."

Qual o valor do Imposto de Importação?

O Brasil adota para as remessas internacionais o Regime de Tributação Simplificada, no qual é aplicada uma alíquota única de 60% sobre o valor aduaneiro da remessa (soma dos valores do produto, do frete e do seguro). Hoje, há isenção na encomenda de até US\$ 50 (incluindo o valor do produto, frete, embalagem e

eventual seguro) para pessoas físicas. A ideia é que a alíquota do Imposto de Importação se aplique a todos os produtos, independentemente do valor

Exemplo após a mudança:

O destinatário realiza uma compra em um site de comércio eletrônico internacional no valor total de US\$ 50, sendo o valor do bem de US\$ 40 e valor do frete de US\$ 8 e seguro de US\$ 2.

Taxa de câmbio do dia do registro: R\$ 5

Valor aduaneiro:

US\$ 50 (R\$ 250)

Alíquota do Imposto de Importação: 60%

Valor do Imposto de Importação devido: R\$ 150

Custo total: R\$ 400

O que diz a legislação hoje?

Atualmente, a isenção se aplica para os bens que integrem remessa postal internacional, importados via Correios, desde que o remetente e o destinatário sejam pessoas físicas e a remessa não seja fruto de uma transação comercial. Essa brecha foi criada nos anos 1980 pensando em encomendas de pessoa física para pessoa física. Quando ocorre uma operação comercial, ainda que o remetente seja uma pessoa física, na verdade estará atuando como se pessoa jurídica fosse, afastando a aplicabilidade da isenção, segundo a Receita

Quanto o governo espera arrecadar com a mudança?

R\$ 8 bilhões

Existem bens que não são tributados na importação de remessas internacionais e talvez continuem assim?

É uma possibilidade. Medicamentos importados por pessoa física para uso humano, até o limite de US\$ 10.000, por exemplo, não são tributados. É concedida também imunidade do imposto às importações de livros, jornais e periódicos

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50245&maxTouch=0&_ga=2.78570196.154012437.1681189877-1380897342.1635735907

Governo cria e retoma impostos visando arrecadar R\$ 150 bi para viabilizar novas regras fiscais

Brasília

/
Augusto Fernandes, do R7, em Brasília

A gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apresentou no fim de março uma nova proposta de regra fiscal para as contas do país que prevê, entre outros pontos, estabilizar a dívida pública do Brasil a partir do ano que vem, quando o Executivo acredita ser possível zerar o déficit fiscal. Mas para cumprir essa meta o governo diz que precisa aumentar as receitas em até R\$ 150 bilhões, e a solução para conseguir esse valor foi ampliar a arrecadação de **impostos**.

Desde o início do ano, a equipe econômica do presidente já anunciou a criação e retomada de alguns **tributos**, como a cobrança de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) sobre gasolina e etanol. A isenção dos **impostos** sobre os combustíveis durou até o fim de fevereiro e o governo decidiu não renovar a desoneração por avaliar que era necessário recompor o orçamento público.

O retorno integral dos **impostos** significaria um incremento de cerca de R\$ 28,7 bilhões aos cofres públicos, mas o Palácio do Planalto optou por cobrar uma alíquota parcial até o fim de junho, que será de R\$ 0,47 sobre a gasolina e de R\$ 0,02 sobre o etanol. Com isso, a estimativa de arrecadação é estimada em R\$ 22 bilhões.

Para compensar o valor que estaria "perdendo" pela cobrança gradual dos **tributos** sobre os combustíveis, o governo criou um imposto temporário para ser aplicado nas exportações de petróleo cru, que vai durar até junho. Essa medida, nas contas do Ministério da Fazenda, deve representar um acréscimo de aproximadamente R\$ 6,7 bilhões às receitas da União.

Outra estratégia do governo para ampliar a arrecadação foi lançar um programa de renegociação de dívidas federais, o Litígio Zero. Podem ser

negociadas cobranças no âmbito da Delegacia da **Receita Federal** de Julgamento e do **Carf**, ou dívidas de pequeno valor no contencioso administrativo ou litígios inscritos em dívida ativa da União. Com o programa, o governo espera alcançar ao menos R\$ 35 bilhões.

Além disso, o governo elaborou uma medida provisória que exclui o ICMS da incidência e da base de cálculo dos créditos tributários de PIS e Cofins. Anteriormente, a **Receita Federal** considerava que o ICMS embutido nos produtos vendidos integraria o faturamento das empresas, sobre o qual é calculado o valor de PIS e Cofins.

Os créditos tributários representavam **impostos** pagos a mais ao longo da cadeia produtiva que podiam ser devolvidos ao contribuinte ou usados para abater o pagamento de outros **tributos**. Com a medida provisória, as empresas terão uma devolução menor. Dessa forma, o Executivo pode ter um acréscimo de quase R\$ 31,9 bilhões aos cofres públicos só neste ano.

Outra medida provisória do Executivo que também deve incrementar a arrecadação com **tributos** é a que recriou o chamado "voto de qualidade" do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**). O instrumento possibilita que representantes da Fazenda desempatem votações em julgamentos a favor da União, o que pode ampliar a arrecadação em até R\$ 59 bilhões por ano.

A análise dessa MP no Congresso Nacional ficou comprometida em meio ao impasse entre Câmara e Senado sobre a instalação de comissões mistas para a tramitação de medidas provisórias, mas a matéria será transformada em projeto de lei com urgência. Dessa forma, a proposta será discutida e votada em até 45 dias.

Mais uma fonte alternativa de arrecadação para os cofres públicos será a taxação de apostas esportivas. O Ministério da Fazenda ainda vai anunciar a medida oficialmente, mas a ideia é cobrar um tributo de 15% sobre a receita líquida dos jogos. A alíquota vai incidir sobre o chamado "gross gaming revenue", que é a

receita obtida com todas as apostas feitas menos os prêmios pagos aos apostadores.

Além disso, o governo vai exigir que as empresas responsáveis por sites de apostas tenham sede fixa no Brasil. Dessa forma, elas teriam de pagar, no mínimo, quatro **tributos**: o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), PIS e Cofins. A estimativa do Executivo é de arrecadar ao menos R\$ 12 bilhões com essas regras.

Para incrementar ainda mais a receita, o governo definiu que vai reforçar a fiscalização sobre o comércio eletrônico internacional . O objetivo é evitar que empresas estrangeiras deixem de pagar imposto de importação sobre mercadorias.

Atualmente, em transações envolvendo apenas pessoas físicas, compras de até 50 dólares são livres do tributo. A isenção não é válida para vendas efetuadas por pessoas jurídicas, que precisam pagar uma taxa de 60% sobre o valor da mercadoria.

No entanto, é comum que os pacotes sejam enviados ao Brasil tendo como remetente uma pessoa física, e não uma empresa. Dessa forma, as lojas se livram do imposto obrigatório. Além disso, nas compras de mais de um produto, virou costume que as lojas enviem pacotes separados e declarem um valor inferior a 50 dólares, tudo para evitar a taxação.

De acordo com o Ministério da Fazenda, será elaborada uma medida provisória determinando que as lojas prestem uma declaração antecipada com os dados do exportador e de quem compra, além do produto.

"Esse benefício [isenção do imposto] se aplica somente para envio de pessoa física para pessoa física. Se, com base nele, empresas estiverem fracionando as compras, e se fazendo passar por pessoas físicas, estão agindo ilegalmente. As mudanças vão beneficiar o consumidor que vai receber suas compras on-line mais rápido, com mais segurança e qualidade. Isso porque os produtos terão o processo de liberação agilizado, a partir das informações prestadas pelo vendedor legal, enquanto ainda estiverem em trânsito para o país."

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/governo-cria-e-retoma-impostos-visando-arrecadar-r-150-bi-para-viabilizar-novas-regras-fiscais-13042023>

Fazenda quer fechar brecha legal em exportações para arrecadar até R\$ 30 bilhões por ano

Por Bianca Lima, Alexandre Martello e Jéssica Sant Ana, GloboNews e g1 - Brasília

A equipe econômica do governo busca fechar brechas legais utilizadas por empresas nas vendas ao exterior para aumentar a arrecadação de **impostos**. É o que afirma o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, em entrevista ao g1 e à GloboNews.

Segundo ele, algumas empresas exportadoras fazem triangulação em paraísos fiscais para recolher menos Imposto de Renda.

Com o fechamento dessa brecha legal, que passa pela mudança nas regras dos preços de transferência, a expectativa é de aumentar a arrecadação entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões por ano.

O trabalho está aqui, toda a produção está aqui e aí você faz uma triangulação com paraíso fiscal para recolher algum valor irrisório de Imposto de Renda lá e não recolher quase nada aqui no Brasil. É difícil, né? Dezenas de bilhões em perdas, afirmou Rogério Ceron, secretário do Tesouro Nacional.

Como funciona: a empresa brasileira vende o produto por valor subfaturado (preço inferior ao real) para uma subsidiária própria, sediada em paraíso fiscal (países com alíquotas de tributação muito baixas ou nulas). Esta, por sua vez, repassa a mercadoria para o verdadeiro comprador estrangeiro. Dessa forma, a maior parte do lucro da empresa no Brasil é transferida para a subsidiária no exterior, onde a tributação é muito menor.

Preços de transferências

A mudança de regras para exportações, citada pelo secretário do Tesouro Nacional, está sendo debatida no Legislativo, por meio de uma Medida Provisória.

O texto, que foi aprovado na Câmara e aguarda análise do Senado, muda regras tributárias para adequar os preços de transferência, usados nessas transações, aos padrões da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

O objetivo da Fazenda, segundo o secretário, é jogar luz nesse assunto para dar isonomia às empresas, já que os grupos que não realizam a triangulação saem prejudicados, assim como elevar o potencial de arrecadação do governo federal.

No começo desse mês, a **Receita Federal** avaliou que o texto aprovado pela Câmara não traz alterações que prejudiquem os pilares do novo sistema e acrescentou que continua apoiando a aprovação da Medida Provisória para que o sistema de tributação brasileiro seja aperfeiçoado.

A **Receita Federal** informou ainda que a manutenção do sistema atual é insustentável. As suas deficiências e os problemas gerados têm se tornado cada vez mais exacerbados com a evolução da economia e o surgimento de novos modelos de negócios, acrescentou.

As receitas perdidas devido à erosão da base e transferência de lucros, que resultam em dupla não tributação são prejudiciais ao desenvolvimento econômico do Brasil, pois poderiam ter sido usadas para enfrentar os desafios sociais, econômicos e de infraestrutura que o país enfrenta, concluiu o Fisco.

Jabutis tributários

Esse é mais um passo na jornada do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para aumentar o volume de **impostos** recolhidos e evitar o descontrole das contas públicas.

De olho no novo arcabouço fiscal, que estabelece metas de superávit primário (arrecadar mais do que gastar, sem considerar as despesas com juros), a equipe econômica vem tentando viabilizar um aumento de arrecadação por meio do combate ao que os técnicos chamam de jabutis tributários. Ou seja, medidas que driblam, de alguma forma, a legislação dos **tributos**.

Além das apostas esportivas e do chamado contrabando no varejo online, o governo também já anunciou mudanças no **Carf**, elevou o imposto sobre a gasolina e busca acabar com incentivos fiscais dados

por estados a empresas para gastos com custeio.

Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a União precisa viabilizar um aumento de arrecadação entre R\$ 110 bilhões e R\$ 150 bilhões para que as futuras metas de superávit primário (receitas menos despesas, sem contar os juros da dívida pública) sejam factíveis.

Site: <https://g1.globo.com/economia/de-olho-no-orcamento/noticia/2023/04/13/fazenda-quer-fechar-brecha-legal-em-exportacoes-para-arrecadar-ate-r-30-bilhoes-por-ano.ghtml>

Reforma tributária aumenta PIB em até 20% e amplia renda



O jornalista Vicente Nunes mediou o Correio Talks Reforma Tributária: O Brasil quer impostos justos: debate reuniu especialistas, autoridades e políticos

Foto: Ed Alencar/DA Press



Bernard Appy

Dep. Reginaldo Lopes

Dep. Aguinaldo Ribeiro

Mauro Silva

Melina de Souza Rocha



Fernando Mombelli



Rodrigo Spada



Pedro Delarue Tolentino



Roberto Rocha



Ricardo Ezequiel Torres

eles pagam sobre mercadorias e serviços. Pedro Delarue, auditor fiscal, afirmou que o governo não pode se furtar de taxar lucros e dividendos, uma forma de justiça fiscal.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/04/13/all.pdf>

A **reforma tributária**, se aprovada, poderá incrementar o Produto Interno Bruto (**PIB**) potencial entre 12% e 20% nos próximos 10 a 20 anos. A perspectiva é que a renda per capita no país aumente, em média, R\$ 500 por mês, ou R\$ 6 mil por ano. As projeções foram apresentadas em seminário promovido ontem pelo Correio em parceria com a Unafisco. Na avaliação de Bernard Appy, secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, o atual sistema brasileiro de **impostos** é perverso e pune, sobretudo, os mais pobres. O emaranhado é tamanho, que a cumulatividade de **tributos** reduz o **PIB** em 4%. Tanto o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da **reforma tributária** na Câmara, quanto o ex-senador Roberto Rocha, que relatou a PEC-110 no Senado sobre o assunto, acreditam que há um real comprometimento do governo Lula de tirar o Brasil das amarras que prejudicam as empresas, travam a geração de empregos e impedem um salto nos salários. Eles preveem forte apoio do Congresso à simplificação tributária. Presidente da Unafisco, Mauro Silva acredita que a reforma deve ser mais ampla do que a que está sendo proposta, que começa pelos **impostos** que incidem sobre o consumo. Para ele, as mudanças devem abranger também a tributação sobre a renda e o patrimônio, além de uma nova estrutura de financiamento da **Previdência Social**. O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do Grupo de Trabalho da **Reforma Tributária**, disse que o governo pretende devolver aos mais pobres, por meio do mecanismo de cashback, parte dos **impostos** que

FMI pede que grandes países, inclusive Brasil, cortem gastos e dívida

Yuka Hayashi Dow Jones Newswires

Os governos das grandes economias mundiais deverão ampliar suas captações de dinheiro nos próximos anos, em especial nos EUA e na China, uma vez que precisarão gastar mais diante do envelhecimento de suas populações e da transição para as energias limpas, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Embora as dívidas governamentais no mundo tenham diminuído brevemente com o fim das custosas medidas relacionadas à pandemia, para este ano a previsão é que voltem a aumentar e que continuem em alta nos próximos cinco, segundo o relatório Monitor Fiscal, do FMI, divulgado ontem.

A projeção também reflete, em parte, o aumento no pagamento de juros da dívida, depois das elevações das taxas pelos bancos centrais para combater a **inflação**.

Economistas do FMI advertiram que os aumentos na emissão de dívida e no gasto governamental podem alimentar as pressões inflacionárias e corroer os esforços dos bancos centrais.

"Hoje, para a maioria dos países, há um forte argumento pelo aperto fiscal", disse Vitor Gaspar, diretor do departamento de assuntos fiscais do FMI, referindo-se a medidas como cortes de gastos ou aumentos de **impostos**. "O aperto da política fiscal contribui para reduzir a demanda agregada. Isso diminui a pressão inflacionária que força o banco central a elevar as taxas de juros".

O FMI prevê que o endividamento dos governos como um todo no mundo (que inclui a captação do governo federal, dos governos locais e das instituições estatais) será equivalente a 93,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**) mundial em 2023 e subirá gradualmente para 99,6% até 2028.

Em 2018, a relação dívida/**PIB** era de 82,8% e, em 2020, chegou a seu pico mais recente, de 99,7%.

"Os Estados Unidos e a China são os que mais influenciam nessa tendência", disse Gaspar. "Se excluíssemos Estados Unidos e China, a relação entre dívida pública e **PIB** seria menor" mundialmente,

acrescentou.

Calcula-se que a dívida governamental americana continuará a aumentar nos próximos anos, em parte, porque Washington está gastando mais nas áreas de saúde e **previdência social**, uma vez que a geração dos "baby boomers" (como são chamados os nascidos na explosão populacional do pós-Segunda Guerra nos EUA) está se aposentando. Além disso, o governo americano também está gastando mais em projetos de energia limpa e outras políticas econômicas locais, segundo o FMI.

As projeções do Fundo chegam no momento em que o governo federal americano continua preso no impasse sobre a elevação do teto da dívida, seu limite de captação, que está em US\$ 31,4 trilhões.

O governo federal pode ficar sem dinheiro para pagar suas contas se, nos próximos meses, o Congresso não aprovar o aumento desse teto.

A Casa Branca pressiona o Congresso a fazê-lo sem condicionantes, enquanto os parlamentares republicanos querem a promessa de cortes de gastos em troca de seu apoio para aumentar o teto.

A dívida bruta governamental geral dos EUA deve aumentar para 136,2% do **PIB** em 2028, acima dos 107,4% registrados em 2018, e do pico da era da pandemia, de 133,5%, em 2020, segundo o FMI.

Para este ano, a relação dívida/**PIB** deverá chegar a 122,2%, um pouco acima dos 121,7%, em 2022.

A China, segunda maior economia do mundo, também tem uma dívida governamental que cresce a passos rápidos. O FMI prevê aumento para 104,9% do **PIB**, em 2028, em comparação aos 82,4% previstos para 2023, e aos 56,7% registrados em 2018.

Os gastos da China com o rápido envelhecimento da população e as medidas de estímulo ao crescimento econômico estão entre os fatores por trás do aumento de seu endividamento, segundo os economistas do FMI.

A dívida do governo americano vem aumentando mais rápido do que a média das economias avançadas, que deve subir para 117,8% em 2028, em comparação aos

112,4% em 2023.

A relação dívida/**PIB** dos EUA é maior que a de países europeus ricos, como Alemanha, França e Reino Unido, mas bem inferior à do Japão, que captou muito dinheiro para custear seus gastos com o envelhecimento da população. No Japão, a relação dívida/**PIB** deve chegar a 258% neste ano e a 264% em 2028, de acordo com o FMI.

Há vários motivos que podem levar os níveis de dívida governamental nas maiores economias a aumentarem ainda mais do que as novas projeções, segundo os economistas do FMI. Um deles é o aumento dos gastos militares em meio às tensões geopolíticas. Outro é o aumento dos gastos em subsídios do governo e em outras medidas para fortalecer as empresas locais, enquanto os países competem entre si economicamente.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187518?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187518?page=1§ion=1)**

Fila de espera por benefícios do INSS volta a aumentar neste ano

Economia

/
Ana Vinhas, do R7

A fila de espera por benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) voltou a aumentar nos primeiros meses deste ano. Em dezembro de 2022, havia 1 milhão de pedidos à espera de análise no instituto, número que subiu a 1,23 milhão, em janeiro, e para 1,28 milhão, em fevereiro, um crescimento de 28%. Os dados são do Boletim Estatístico da **Previdência Social**.

O volume inclui tanto os processos que estão com até 45 dias como os acima disso. Do total atualmente na fila, mais de 1,14 milhão de pedidos necessitam de análise do instituto. Outros 139,5 mil requerimentos se encontram em exigência, ou seja, aguardando alguma documentação do segurado para que o **INSS** possa concluir a análise.

Para acelerar perícias e reduzir a espera por benefícios, deve voltar a ser pago neste mês o bônus a servidores, segundo afirmou nesta quarta-feira (12) o ministro da Previdência, Carlos Lupi.

O estoque dos benefícios previdenciários e assistenciais se manteve em alta desde 2019, superando 2 milhões de pedidos, até o meio do ano de 2022, quando recuou até a marca de 1 milhão.

O Ministério da **Previdência Social**, por meio do **INSS**, afirma em nota que segue trabalhando para garantir o aumento na quantidade de processos analisados por mês. Segundo a pasta, o aumento do estoque nos meses de janeiro e fevereiro é normal por ser um período de férias de muitos servidores.

"No momento, as equipes estudam todos os processos internos para um diagnóstico da situação atual, visando a proposição de novas medidas que colaborem com a redução do estoque e do tempo médio de concessão", afirmou a pasta em nota.

Para a defensora pública federal Fernanda Hahn, coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão Previdenciária da DPU (Defensoria Pública da União),

a demora na análise dos benefícios e realização de perícias médicas federais é de extrema preocupação.

Segundo ela, apesar de acordo firmado no STF (Supremo Tribunal Federal) com prazos para melhor organização administrativa de análise dos benefícios, o volume de requerimentos é crescente, não correspondendo, por outro lado, à conclusão da análise dos pedidos.

"Pelo acordo, o **INSS** vem pagando juros quando o tempo de espera supera os prazos previstos, para os benefícios que não envolvam perícias médicas. Este acréscimo não existia antes do acordo, quando o **INSS** só garantia o pagamento de atualização monetária (entre a data do requerimento e o primeiro pagamento), o que é de certa forma uma vantagem ao segurado", afirma a defensora.

Em reunião com o Ministério da Previdência, em março, a pasta informou que foi encaminhada proposta de redação para publicação de Medida Provisória que garante bônus para pagamento de trabalho extraordinário a servidores e peritos médicos federais.

"Entendemos que este encaminhamento e aprovação dessa MP é de extrema importância como uma medida emergencial diante desse quadro de caos. Temos informação de que são mais de 1 milhão de perícias aguardando realização, e mais de 1 milhão de requerimentos administrativos aguardando conclusão administrativa", acrescenta Fernanda Hahn.

O advogado João Badari, especialista em direito previdenciário e sócio do Aith, Badari e Luchin Advogados, afirma que o principal problema é a falta de contratação. "A gente tem uma população que está aumentando, uma população que está envelhecendo mais, e o número de servidores do **INSS** está sempre diminuindo", avalia Badari.

Ao tomar posse, no último dia 3, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, disse que pretende rever a reforma da Previdência. Dias depois, o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informaram que nenhuma revisão está em estudo e que qualquer decisão desse tipo precisa ser aprovada pelo Palácio do Planalto.

MARCOS VIDAL/FUTURA PRESS/FUTURA PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO-15/09/2021

Quem está prestes a se aposentar precisa ficar atento. A reforma da Previdência estabeleceu regras automáticas de transição, que mudam a concessão de benefícios a cada ano.

A pontuação para a aposentadoria por tempo de contribuição e por idade sofreu alterações. Confira abaixo as mudanças que começam a vigorar neste ano

Pixabay

Aposentadoria por idade

A regra de transição estabelece o acréscimo de seis meses a cada ano para as mulheres, até chegar a 62 anos em 2023. Na promulgação da reforma da Previdência, em novembro de 2019, a idade mínima estava em 60 anos, e passou para 60 anos e meio em janeiro de 2020.

A idade mínima para a aposentadoria das mulheres aumentou para 61 anos em 2021, 61 anos e meio em 2022 e agora chegou ao valor estabelecido pela reforma. Para os homens, a idade mínima está fixada em 65 anos desde 2019. Para ambos os sexos, o tempo mínimo de contribuição exigido é de 15 anos

Valter Campanato/Agência Brasil

Aposentadoria por tempo de contribuição

A reforma da Previdência estabeleceu quatro regras de transição, das quais duas previram modificações na virada de 2021 para 2022. Na primeira regra, que estabelece um cronograma de transição para a regra 86/96, a pontuação composta da soma da idade e dos anos de contribuição subiu em janeiro: para 90 pontos (mulheres) e 100 pontos (homens).

Na segunda regra, que prevê idade mínima mais baixa para quem tem longo tempo de contribuição, para requerer o benefício ela passou para 58 anos (mulheres) e 63 anos (homens). A reforma da Previdência acrescenta seis meses à idade mínima a cada ano até atingir 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens) em 2031. Nos dois casos, o tempo mínimo de contribuição exigido é de 30 anos para as mulheres e 35 anos para homens

KEVIN DAVID/A7 PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO-03/01/2023

Direito adquirido

Quem alcançou as condições para se aposentar por alguma regra de transição em 2022, mas não entrou com pedido no **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) no ano passado, não precisa se preocupar. Por causa do conceito de direito adquirido, eles poderão se aposentar conforme as regras de 2022.

Por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) do fim da década de 1990, o momento para conquistar o direito à aposentadoria ocorre quando o trabalhador alcança as condições, independentemente de data do pedido ou da concessão do benefício pelo **INSS**. Isso beneficia os segurados que enfrentam longas filas no **INSS** para ter os processos analisados

A L O I S I O
MAURICIO/FOTOARENA/FOTOARENA/ESTADÃO CONTEÚDO/02/12/2021

Ao tomar posse, no último dia 3, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, disse que pretende rever a reforma da Previdência. Dias depois, o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informaram que nenhuma revisão está em estudo e que qualquer decisão desse tipo precisa ser aprovada pelo Palácio do Planalto

MARCOS VIDAL/FUTURA PRESS/FUTURA PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO-15/09/2021

Quem está prestes a se aposentar precisa ficar atento. A reforma da Previdência estabeleceu regras automáticas de transição, que mudam a concessão de benefícios a cada ano.

A pontuação para a aposentadoria por tempo de contribuição e por idade sofreu alterações. Confira abaixo as mudanças que começam a vigorar neste ano

Pixabay

Gostaria de ver as fotos novamente ?

Definidos em acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal

Salário-maternidade: 30 dias

Aposentadoria por invalidez comum e acidentária: 45 dias

Auxílio-doença comum e por acidente do trabalho: 45 dias

Pensão por morte: 60 dias

Auxílio-reclusão: 60 dias

Auxílio-acidente: 60 dias

Benefício assistencial à pessoa com deficiência: 90 dias

Benefício assistencial ao idoso: 90 dias

Aposentadorias, salvo por invalidez: 90 dias

Pelo acordo, os prazos para o cumprimento de decisões judiciais são os seguintes (considerados a partir da intimação do **INSS**):

Benefícios por incapacidade: 25 dias

Benefícios assistenciais: 25 dias

SALÁRIO-MATERNIDADE Benefício

à segurada do **INSS** que deu à luz uma criança. Além disso, o benefício também

é pago em caso de adoção ou guarda judicial com finalidade de adoção, e também

por motivo de aborto não criminoso

* Com informações da Agência Brasil e **INSS**

Veja mais notícias na coluna O que é que eu faço, Sophia?

Envie suas perguntas para o email sophiacamargo@r7.com

Também é possível enviar suas perguntas pelo Facebook e no Instagram

Freepik

A **Previdência Social** completa 100 anos nesta terça-feira (24). A data é uma homenagem à publicação da Lei Eloy Chaves, de 24 de janeiro de 1923, que instituiu a base do sistema previdenciário brasileiro, por meio da criação da Caixa de Aposentadoria e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias.

Por mês, a Previdência paga 22.417.519 aposentadorias somente no Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), o que representa um valor de R\$ 478,7 bilhões

KEVIN DAVID/A7 PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO-

03/01/2023

Além da aposentadoria, a Previdência paga diversos benefícios aos segurados. Para ter direito a eles, de modo geral é preciso ter a qualidade de segurado (isso é, contribuir para o **INSS**) e cumprir tempo de carência. Cada um deles também tem as próprias regras

Conheça, a seguir, sete benefícios pagos pela Previdência

Valter Campanato/Agência Brasil

APOSENTADORIA Pagos após uma

combinação de contribuições e idade, os valores podem variar de um

salário mínimo (R\$ 1.302) ao teto de R\$ 7.507,49, segundo reajuste em janeiro de 2023

Flipar

AUXÍLIO-ACIDENTE

Benefício

pago aos segurados que sofreram acidentes que resultaram em sequelas que

diminuíram sua capacidade de trabalho. Essas sequelas devem ser permanentes e

prejudicar a vida profissional do segurado. Esse benefício não impede a pessoa de continuar trabalhando, visto que se trata de uma indenização

Freepik

AUXÍLIO-RECLUSÃO

Este

é um dos benefícios menos compreendidos, pois há uma confusão sobre quem é o

beneficiário do auxílio. O pagamento deste benefício não é feito ao preso, mas

aos dependentes do preso que era segurado do **INSS** e tinha renda de até R\$

1.754,18. O valor do benefício é de um salário mínimo

Veja mais informações sobre o auxílio-reclusão

Pixabay

BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA (ANTIGO AUXÍLIO-DOENÇA)

O benefício conhecido como auxílio-doença mudou de nome para benefício por incapacidade temporária após a promulgação da emenda constitucional nº 103/2019, que estabeleceu a reforma da Previdência.

Esse benefício é pago ao trabalhador que se encontra temporariamente impossibilitado de trabalhar em razão de doença

Freepik

PENSÃO POR MORTE

Benefício para as pessoas dependentes do trabalhador urbano falecido, que na data do óbito possuía a qualidade de segurado, recebia benefício previdenciário ou tinha direito ao benefício antes de falecer. Os dependentes podem ser: cônjuge/companheiro, filhos de até 21 anos, pais ou irmãos que dependam financeiramente do falecido

Kat Smith/Pexels

SALÁRIO-FAMÍLIA

Esse benefício

é pago ao trabalhador ou aposentado que recebe até R\$ 1.754,18 e tem filhos de

até 14 anos (ou de qualquer idade, desde que incapacitados para o trabalho). O

valor pago por filho é de R\$ 59,82.

Veja mais informações sobre o salário-família

August de Richelieu/ Pexels

SALÁRIO-MATERNIDADE Benefício

à segurada do **INSS** que deu à luz uma criança. Além disso, o benefício também

é pago em caso de adoção ou guarda judicial com finalidade de adoção, e também

por motivo de aborto não criminoso

* Com informações da Agência Brasil e **INSS**

Veja mais notícias na coluna O que é que eu faço,

Sophia?

Envie suas perguntas para o email sophiacamargo@r7.com

Também é possível enviar suas perguntas pelo Facebook e no Instagram

Freepik

A **Previdência Social** completa 100 anos nesta terça-feira (24). A data é uma homenagem à publicação da Lei Eloy Chaves, de 24 de janeiro de 1923, que instituiu a base do sistema previdenciário brasileiro, por meio da criação da Caixa de Aposentadoria e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias.

Por mês, a Previdência paga 22.417.519 aposentadorias somente no Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), o que representa um valor de R\$ 478,7 bilhões

KEVIN DAVID/A7 PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO-03/01/2023

Gostaria de ver as fotos novamente ?

Site: <http://noticias.r7.com/economia/fila-de-espera-por-beneficios-do-inss-volta-a-aumentar-neste-ano-13042023>

Alckmin nega reforma ministerial depois de ministra pedir para deixar a União Brasil



Alckmin (PSB), presidente interino durante viagem de Lula, em evento de infraestrutura em Brasília Gabriela Biló/Folhapress

Marianna Holanda Brasília

O presidente interino, Gerado Alckmin, disse nesta quarta-feira (12) que não há discussão sobre **reforma ministerial** e que cargo de ministro é da confiança do chefe do Executivo.

Alckmin não mencionou o nome de Daniela Carneiro (Turismo), que anunciou que pretende deixar a União Brasil, mas deu a resposta após ser questionado sobre a manutenção dela no cargo ou sobre a possibilidade de uma **reforma ministerial**.

"Não tem nenhuma história de **reforma ministerial**. Cargo de ministro é responsabilidade e, de outro lado, é confiança do presidente da República. Não tem nenhuma discussão de **reforma ministerial**", disse.

A declaração foi dada a jornalistas após fórum da Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base). Alckmin ocupa interinamente a Presidência durante viagem de Lula à China.

Daniela pediu desfiliação da União Brasil ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) após disputas internas. O Planalto adotou cautela e quer esperar os desdobramentos da crise no partido para definir seus próximos movimentos.

Daniela já era alvo de fogo amigo de integrantes da

União Brasil que tentam ocupar a pasta. Agora, a crise interna do partido elevou a pressão sobre ela. Dentro do governo, a avaliação é que a ministra fica fragilizada, mas ainda há disposição em mantê-la no posto, principalmente pela proximidade com Lula.

A fala de Alckmin está alinhada com a do ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, que afirmou à Folha que o governo não age por impulso.

"Vamos analisar com a calma necessária, não ter da nossa parte qualquer medida precipitada", disse. O ministro também destacou o apreço que Lula tem por Daniela.

A União Brasil tem as pastas do Turismo e Comunicações, além da Integração e do Desenvolvimento Regional. Isso não foi suficiente para atrair integralmente a legenda, que se declara independente, para a base do petista.

Esta não é a primeira crise no governo envolvendo a ministra do Turismo. Nos primeiros dias do mandato, a Folha mostrou vínculos políticos dela com milicianos no Rio de Janeiro. Daniela, por exemplo, recebia apoio político do ex-vereador Mareio Pagniez, conhecido como Marquinho Bombeiro, preso preventivamente.

A confiança de Lula no trabalho da ministra e a gratidão pelo empenho dela e de seu marido, Waguinho, durante a campanha do petista são alguns dos motivos pelos quais o governo saiu em sua defesa e decidiu pela sua manutenção.

À época, Lula buscou minimizar o elo e, em entrevista à CNN Brasil, tratou o caso apenas como uma "fotografia", ignorando uma série de vínculos da ministra com a milícia fluminense.

"Ela aparecia num caminhão lá com um cara miliciano. Eu, sinceramente, se for levar em conta pessoas que estão em fotografia ao lado de outras pessoas, a gente não vai conversar com ninguém, porque eu sou o cara que mais tiro fotografia no mundo", disse o presidente em fevereiro.

"Se for pegar fotografia do Lula com gente que virou meu inimigo, eu estou inteiramente lascado para o resto da vida. Vamos julgar direitinho, não vamos ter

pressa", completou.

"Não tem nenhuma história de **reforma ministerial**. Cargo de ministro é responsabilidade e, de outro lado, é confiança do presidente da República. Não tem nenhuma discussão de reforma" Geraldo Akkmin presidente interino

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50245>

Pobre é mais penalizado

ED ALVES/CB/D.A.Press



**Roberto Rocha: sistema é
desequilibrado e injusto**

HENRIQUE LESSA

O ex-senador Roberto Rocha (PTB-MA) apontou que o projeto da **reforma tributária** discutido atualmente na Câmara dos Deputados tem o objetivo de corrigir as injustiças do sistema tributário brasileiro, que tributa proporcionalmente mais o pobre que emprega toda a sua renda em consumo. Nesse sentido, o ex-senador definiu o sistema tributário atual como "um manicômio tributário". Ele foi relator da proposta de emenda constitucional 110/2019 na Casa.

Rocha disse também que a complexidade tributária do sistema brasileiro torna a gestão fiscal extremamente cara ao empresário. "As empresas pagam no Brasil mais de 1% do **PIB** só para fazer a gestão tributária", destacou. Para Rocha, a alta das alíquotas e a complexidade do sistema afastam os investimentos do Brasil, ampliando a pobreza com a baixa geração de riqueza.

A base de arrecadação brasileira é injusta, sustentou o ex-senador. Ele lembrou que o sistema tributário obtém 50% de sua arrecadação na tributação sobre o consumo, enquanto apenas 17% de toda a arrecadação em **tributos** é sobre a renda. (HL)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/13/all.pdf>

Modelo atual trava novos empregos

Ed Alves/CB/D.A Press



Spada, presidente da Febrafite: reforma aumenta renda per capita

HENRIQUE LESSA

Rodrigo Spada, presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite) O presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite), Rodrigo Spada, relembrou que o modelo tributário nacional é da década de 1980, quando o país ainda vivia uma economia fechada. Isso, segundo ele, trava o crescimento nacional, com a maior parcela da tributação se concentrando sobre o consumo das famílias. "Isso não faz a gente gerar empregos e renda." "O contribuinte perde com altos custos de conformidade e de litigiosidade, e perde o fisco com isso também", afirmou o fiscal, para quem os altos custos de gestão tributária do contribuinte se somam à opacidade do sistema. Além da tributação excessiva do consumo, não permite que a sociedade entenda o que é realmente tributado. Para ele, isso representa as principais travas para o crescimento do país.

"Para além da função social do tributo, que é fundamental, existe também a qualidade da tributação. Hoje é muito ruim ser cobrador de **tributos** e saber que o fruto do seu trabalho acentua a desigualdade", lamentou Spada. "Para ter um país próspero e com crescimento, a **reforma tributária** sobre o consumo vai destravar o crescimento econômico." "A **reforma tributária** diminui a desigualdade, gera crescimento econômico, como foi dito de 10 a 12% do **PIB**. Isso significaria uma renda per capita maior de 400 a 600 reais por mês para cada cidadão brasileiro se tivéssemos feito essa reforma há 10 anos" apontou Spada. (HL)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobrazilien>

se/2023/04/13/all.pdf

IVA dual: uma solução à vista



Deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do Grupo de Trabalho na Câmara: reforma não é um embate entre governo e oposição
Ed Alves/CB/D.A Press



Pedro Delarue, da Unafisco: sistema é cruel com os mais pobres

RAFAELA GONÇALVES HENRIQUE LESSA FERNANDA STRICKLAND MICHELLE PORTELA KELLY HERALLY

Coordenador do Grupo de Trabalho (GT) da **Reforma Tributária** na Câmara, o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG) afirmou que as discussões sobre o tema caminham para a implantação de um Imposto de Valor Agregado (IVA) Dual, em que estão previstos um IVA federal e um IVA para estados e municípios. O parlamentar participou ontem de evento realizado pelo Correio Braziliense e pela Unafisco para debater a **reforma tributária**.

"Vamos discutir um pouco como se dará o modelo da gestão que caminha para um IVA Dual, que tem o nacional e o subnacional e um comitê gestor com participação paritária. É bom lembrar que é uma revolução esse modelo de participação, porque hoje os municípios não estão nas decisões em relação ao ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Eles têm cota parte, mas não participam. Com o comitê gestor, vão participar", ressaltou.

A proposta do IVA Dual foi levantada pelo MINISTRO

da Fazenda, FERNANDO HADDAD (PT), em janeiro deste ano, em Davos. Funciona também como instrumento para dirimir a resistência de prefeitos que se posicionam contrários ao fim do Imposto Sobre Serviços (ISS), cuja arrecadação é de competência municipal.

"A ampla maioria dos municípios quer o IVA. Há aprovação de pelo menos 5 mil cidades do novo critério, o de tributação no destino. Nos outros municípios, estamos negociando", contou. No âmbito do GT, informou o coordenador, as audiências públicas realizadas até o momento ouviram os setores da saúde, educação, serviços, transportes, agro e agroindústria.

O coordenador do GT foi cauteloso ao falar de prazos para aprovação da reforma. Ele estimou o primeiro semestre, mas somente à Câmara. "Há convergências no GT, mas está dependendo desse desfecho final. Tem uma disposição muito grande da sociedade brasileira pela aprovação da reforma, que é do Estado brasileiro e não de governo versus oposição. Pertence à Câmara e ao Senado, com apoio do governo federal, que sabe que o protagonismo é do Congresso. Há uma circunstância perfeita para aprovação dessa reforma", ponderou.

Crescimento

O segundo painel do encontro teve como foco o crescimento econômico. Segundo a pesquisadora Melinda Rocha, diretora de cursos na York University do Canadá, o atual sistema tributário é um dos maiores entraves para o avanço da economia.

"Diversos estudos acadêmicos falam justamente que uma das causas para esse baixo crescimento econômico é o nosso sistema tributário, tendo em vista as inúmeras distorções e problemas", destacou Rocha. Ela defendeu que não adianta manter o modelo atual, como sustenta a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 46/2022.

A reforma, de acordo com a pesquisadora, deve corroborar para o crescimento ao eliminar ou diminuir substancialmente os principais empecilhos trazidos pelo modelo atual com a implementação do IVA (ou Imposto sobre Valor Agregado), que é a unificação de diversos **impostos**. "Este é o modelo implementado em 174 países dos 193 países do mundo. Não estamos importando nenhum modelo novo, revolucionário. A gente está propondo implementar o

modelo padrão, utilizado pela grande maioria dos países do mundo", disse.

Entre as preocupações em debate com a reforma está a perda de arrecadação dos estados e municípios. Contudo a expectativa, segundo a pesquisadora, é que o sistema beneficie 98% dos municípios brasileiros. "Estamos há muito tempo presos nessa armadilha do baixo crescimento. O Brasil tem muita sorte com condições climáticas e alto potencial produtivo, mas ficamos presos nesta questão e uma das causas é o sistema tributário, que gera inúmeras distorções", afirmou.

Desigualdade

Para Rodrigo Spada, presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite), o sistema tributário atual é injusto e amplia as desigualdades, e impacta até na questão climática.

Uma das razões de o sistema tributário nacional ampliar as desigualdades, de acordo com o auditor, é a tributação diferenciada entre a renda do trabalho e a renda do capital. "O país não tributa herança nem a propriedade rural, e tributa mais fortemente a renda do trabalho em relação à renda do capital", disse Spada.

Em posicionamento semelhante, o secretário geral da Unafisco, Pedro Delarue, afirmou que o Brasil desobedece a Constituição Federal no seu princípio basilar. Segundo ele, a Lei Maior determina que todos devem ser tributados, independentemente da sua atuação econômica. "A tributação de lucros e dividendos distribuídos a sócios e acionistas da PJ permitiria uma redistribuição da carga tributária, com a possibilidade de aliviar a classe média, trazendo maior justiça ao sistema e finalmente fazendo obedecer ao princípio basilar da isonomia tributária", disse Delarue.

O auditor fiscal explicou que no Brasil o sistema tributário é regressivo, desigual, concentrador de renda, oferece privilégios aos mais ricos e penaliza a classe média. "É dentro dessa realidade brasileira, tem uma coisa particularmente cruel com o trabalhador, principalmente com o trabalhador assalariado, que sobre ele recai a carga tributária sobre a renda", afirmou.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/13/all.pdf>

Imposto simples: "Todos ganham"

ED ALVES/CB/D.A.Press



Melinda Rocha: "modelo padrão", IVA é adotado em 174 países

MICHELLE PORTELA

Melinda Rocha, diretora de cursos na York University

A pesquisadora destacou os impactos que a simplificação do sistema tributário trarão para a economia: "Vai trazer mais renda aos cidadãos, mais atividade econômica e demanda para as empresas, tanto setor ao industrial quanto, principalmente, ao setor agropecuário e ao setor de serviços. E por fim, vai trazer mais arrecadação aos entes federativos.

Todos ganham com o crescimento econômico do país", argumentou.

A acadêmica calcula que a transição da **reforma tributária** levará 40 anos para se encerrar.

"Há um consenso internacional de que o IVA é o melhor sistema para a tributação do consumo.

Todos os setores vão ganhar, mas é importante ressaltar que não vai haver convivência dos dois sistemas por 40 anos", apontou.

Para a especialista, é preciso também desconstruir a ideia de que a proposta vai gerar perdas de arrecadação para os municípios maiores, ao menos se consideradas as PECs 110 e 45. "Se houve uma transação, a mesma será tributada. Esse método ou tipo de imposto teve início na Alemanha e muitos países passaram a exigir cadastro de fornecedores não residentes como forma de evitar a evasão fiscal", explicou.

Questionada ao final do debate, a pesquisadora avaliou ainda o custo de o país não realizar a **reforma**

tributária num curto prazo e continuar com o modelo atual, mantendo as distorções. "O custo é a gente manter as distorções do nosso sistema atual, as injustiças, tanto com relação ao cidadão mais pobre quanto aos municípios", enfatizou. (MP)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/13/all.pdf>

Municípios não querem perder ISS

ED ALVES/CB/D.A.Press



Ricardo Torres: debate precisa considerar demandas das prefeituras

KELLY HERALLY

Ricardo Ezequiel Torres, secretário de Fazenda do município de São Paulo

No CB Talks, o gestor ressaltou a preocupação dos municípios no debate sobre **reforma tributária**. As prefeituras tentam reverter o fim do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), modelo incompatível com as PECs que estão sendo discutidas como base da tributária: a 45 e a 110.

Ao lembrar que há ao menos 5 milhões de normas sobre **reforma tributária**, Torres retomou o discurso de prefeitos, que se reuniram com o ministro Fernando Haddad (PT), da Fazenda, e outros ministros. Os representantes dos municípios pediram que a PEC 46 seja anexada à tramitação na Câmara e no Senado.

O governo, contudo, segue com a sinalização de que a PEC não será incorporada. Para acalmar os ânimos, o Executivo propõe a possibilidade de consolidação do Imposto sobre Valor Agregado Dual (IVA). Segundo o GT da **Reforma Tributária**, essa solução dá margem de arrecadação a cidades, ainda que o ISS seja extinto.

"Se formos verificar o grande grau de litigiosidade que existe, ele está focado nas controvérsias relacionadas ao conceito de insumos usadas no PIS-Cofins, nas questões dos estados.

Ou seja: estamos trazendo para dentro de um tributo hoje que é o ISS, que tem menor complexidade e tem sido usado na experiência mundial para resolver os problemas de grandes corporações com alíquota baixa e simplicidade de arrecadação, a complexidade de outros **tributos** que poderiam ser tratados de forma

segregada. Há muito a se fazer na tributação do consumo nos níveis federativos", defendeu Ricardo Torres. (KH)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/13/all.pdf>

Simplificar para crescer



Rosana Hessel

“ Com esse modelo, todos os estados são beneficiados pela reforma tributária em 20 anos

■ Bernard Appy, secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, em referência às propostas de impostos simplificados

O Brasil não consegue crescer acima de 2% de forma sustentável atualmente, em grande parte, devido à falta de uma verdadeira **reforma tributária**, que simplifique e destrave a economia. No começo dos anos 2000, o país despontou como um dos protagonistas do grupo das nações emergentes de crescimento rápido, o Bric - acrônimo criado pelo economista britânico Jim O'Neill, do banco norte-americano Goldman Sachs, integrado inicialmente por Brasil, Rússia, Índia e China, e que, posteriormente, teve a inclusão da África do Sul. Hoje, tem as menores taxas de expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**), crescendo menos que a média global e da América Latina. A necessidade de mudanças no emaranhado do complexo sistema de **tributos** brasileiro - que assusta muitos investidores nacionais e estrangeiros - é mais do que urgente, apesar de o debate ser bem antigo, se estendendo ao longo de quatro décadas. Especialistas destacam que uma reforma bem feita poderá alavancar o **PIB** potencial em até 20% nos próximos 10 a 20 anos.

Diante da importância do tema e da retomada do assunto no Congresso Nacional, o "Correio Braziliense", dos Diários Associados, realizou, ontem, em parceria com a Unafisco Nacional, o seminário intitulado "Correio Talks -**Reforma Tributária**: O Brasil quer **impostos** justos". O evento teve a presença de parlamentares, autoridades e especialistas da área e que participaram das atuais discussões sobre o assunto. Um dos impactos destacados sobre a **reforma tributária** foi que a renda per capita poderá crescer em torno de R\$ 500 por mês e até R\$ 6 mil por ano.

ETAPAS Na abertura do evento, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, destacou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende realizar as mudanças no sistema tributário em duas etapas: primeira, pelo consumo, e segunda, pela

renda.

Appy ressaltou que, nessa primeira fase, será preciso aproveitar as propostas de emenda à Constituição que estão no Congresso Nacional: a PEC 45/2019, da Câmara dos Deputados, e a PEC 110, do Senado Federal. As duas matérias ficaram paradas no Legislativo durante o governo anterior, que tentou apresentar uma proposta própria. Ela também não deslanchou. A ideia do novo governo, segundo ele, é aproveitar os textos das PECs do Congresso para construir um documento único de uma **reforma tributária** que, além de simplificar o sistema atual, garanta um crescimento de, pelo menos, 12% no Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro, em 20 anos. "Com esse modelo e em relação a uma situação em que a receita dos entes federativos cresce proporcionalmente ao **PIB** sem **reforma tributária**, todos os estados são beneficiados pela **reforma tributária** em 20 anos", afirmou em referência às propostas em curso atualmente.

EFEITO De acordo com o secretário, alguns estudos indicam que uma boa **reforma tributária** poderá garantir aumento de até 20% no **PIB** potencial daqui a cerca de 10 a 20 anos. Na avaliação dele, as duas propostas têm inúmeros pontos em comum, com taxações adicionais sobre produtos que agridem a saúde e o meio ambiente, por exemplo. A diferença entre as duas apontada por Appy é que a PEC 45 propõe um tributo único no formato de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) sobre serviços e consumo, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que unifica cinco **tributos** federais e regionais; e a PEC 100, prevê um IVA dual, sendo um cobrado pelo governo federal e o outro, pelos entes federativos. Em entrevista após sua participação, ele não precisou quando o governo deverá enviar a segunda proposta, que poderá ser encaminhada em etapas.

Além de Appy, participaram do evento o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da PEC 45, o ex-senador Roberto Rocha, que relatou a PEC 110 quando estava no Senado Federal, deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do Grupo de Trabalho (GT) que trata da **reforma tributária** na Câmara; o presidente da Unafisco, Mauro Silva; o presidente da Associação Nacional de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite), Rodrigo Spada; o diretor de programa da **Receita Federal**, Fernando Mom-belli; a diretora de cursos York University do Canadá, Melina de Souza Rocha; o auditor fiscal Pedro Delarue Tolentino Filho; e o

secretário de Fazenda do município de São Paulo, Ricardo Ezequiel Torres.

Durante a apresentação de abertura, Appy chamou a atenção para a complexidade do sistema de **impostos** brasileiros, denominando-o de "manicômio", mesmo termo utilizado pelo ex-senador Roberto Rocha, que fez questão de destacar que assim como ele, outros políticos do Nordeste, como Aguinaldo Ribeiro, também defendem a **reforma tributária** há bastante tempo porque ela será benéfica para o país pois "vai melhorar a distribuição de renda no país". Ribeiro, por sua vez, ressaltou o papel de cidadania das mudanças no sistema tributário que estão sendo discutidas pelo Congresso a fim de promover a justiça fiscal. "Essa reforma que estamos fazendo tem o papel de cidadania, para construirmos a cidadania do ponto de vista fiscal e social", afirmou.

MATURIDADE Na avaliação do deputado Reginaldo Lopes, o debate sobre **reforma tributária** está bastante maduro e será possível unir parlamentares governistas e da oposição para aprovar a PEC da **reforma tributária** com ampla maioria, uma vez que muitas perguntas já foram respondidas ao longo de 40 anos de debates sobre o tema, como compensação das perdas, como serão feitos os créditos e a transição, que será gradual ao longo de seis anos. "Creio que teremos mais de 400 parlamentares votando a favor", disse o parlamentar, em entrevista. Para ser aprovada na Câmara, uma PEC precisa de, no mínimo, 308 votos favoráveis. "Essa matéria será uma reforma do Estado e não de governo, ou será votada", afirmou.

Lopes e Appy destacaram que será preciso fazer as mudanças no sistema tributário em várias etapas. O secretário lembrou que a primeira **reforma tributária**, será pelo consumo, e, em seguida, pela renda. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem dado pistas para onde pretende ir, como taxar sonegadores e elevar a tributação dos mais ricos. Nesse sentido, o auditor fiscal Pedro Delarue Tolentino Filho defendeu a tributação de lucros e dividendos, uma vez que apenas o Brasil, Estônia e Eslováquia não taxam esses dois tipos de renda.

Pelas contas dele, uma taxação de lucros e dividendos, mesmo de forma parcial, como ocorre em países como México, Chile e Nova Zelândia, permitiria um aumento da arrecadação do governo federal de R\$ 80 bilhões a R\$ 90 bilhões por ano. "Esse recurso poderia ser utilizado para atualizar a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física e até contribuir para reduzir um pouco o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), fazendo um mix", sugeriu. "Sem tributar dividendos e lucro das empresas, o governo perde duas vezes", frisou ele, lembrando que, ao não tributar os

dividendos e lucros pagos aos acionistas, o governo não está cumprindo um dos princípios basilares da Constituição: a isonomia.

O presidente da Unafisco defendeu bases sólidas para a **reforma tributária**. "Não adianta desenhos muito bem feitos se os engenheiros que forem colocar de pé esse prédio tributário no Brasil não estiverem bem sintonizados e aproveitarem as experiências dos problemas passados", disse.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/13/04/2023/p1>

Lira reage, atrai direita e base do governo e forma maior bloco na Câmara



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), durante entrevista Gabriela Biló - 27.mar.23/Folhapress

Victoria Azevedo Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), conseguiu atrair partidos de centro, de direita e da base do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para formar um bloco com 173 deputados -tornando-se a maior força da Casa.

O grupo é formado por PR União Brasil, PSDB-Cidadania, Solidariedade, Patriota e Avante, além das legendas de esquerda PDT e PSB.

A criação do bloco foi selada em reunião na manhã desta quarta-feira (12), segundo líderes afirmaram à Folha.

A iniciativa é uma reação do presidente da Casa à criação de um bloco que rachou o centrão e uniu Republicanos, MDB, PSD, Podemos e PSC, com 142 parlamentares, ameaçando o poder interno de Lira.

Em rede social, o presidente da Câmara afirmou que o novo bloco "é a demonstração de compromisso e responsabilidade" com o Brasil.

"Vamos somar, não confrontar. Atuar juntos na construção de políticas em prol da sociedade. Respeitando as opiniões e a diversidade. Esse é o melhor caminho para apreciação dos projetos importantes para o país", disse.

O bloco construído por Lira terá 173 deputados, resultado da soma de cada bancada. Líderes partidários contam ainda com a incorporação de outros dois parlamentares ao bloco.

O pano de fundo dessa movimentação envolve a disputa de poder dentro do Congresso, a força que cada agrupamento terá na relação com o governo federal e a própria sucessão do presidente da Câmara -que ocorrerá em fevereiro de 2025.

No começo do ano, líderes da União Brasil e do PP tentaram costurar uma federação dos dois partidos, mas as articulações fracassaram.

O PT, do presidente Lula, e o PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, não participarão dos blocos. O governo Lula trabalha atualmente alinhado a Lira e tenta montar uma base de apoio sólida, por isso tem buscado não interferir na disputa interna na Câmara dos Deputados com o receio de atrair desafetos em um dos lados.

Segundo líderes ouvidos pela Folha, é estratégico para o governo ter partidos da base, como PSB e PDT, próximos de legendas que se consideram independentes. Um dirigente afirma que o Planalto precisará desses partidos para ter governabilidade e que é preciso fazer essa aproximação.

Membros do governo afirmam que estão acompanhando com atenção esses movimentos, mas dizem que não enxergam na formação dos blocos, ao menos no momento, a possibilidade de alterar o quadro da base que o Executivo tenta costurar na Câmara.

A criação do novo bloco foi anunciada por representantes dos partidos na tarde desta quarta-feira.

Em um aceno ao Palácio do Planalto, inicialmente o bloco será liderado por deputados do PSB e PDT, ambos partidos da base de Lula.

O primeiro líder será Felipe Carreras (PSB-PE), seguido de André Figueiredo (PDT-CE).

"Esses partidos têm uma convergência com a pauta

democrática e queremos, claro, fazer uma frente ampla que garanta a governabilidade para o governo federal e que tenhamos, aqui dentro do Parlamento, esse tempo de consenso em pautas que sejam importantes para o Brasil", afirmou Figueiredo.

Carreras também reforçou a questão da governabilidade afirmando que é um bloco que vai "procurar ajudar o presidente Lula a pavimentar governabilidade e ter uma base sólida aqui na Câmara".

O deputado Elmar Nascimento (BA), líder da União Brasil, afirmou ainda que o bloco simboliza que não há interesse de criar celeumas com o governo federal.

"Para significar que não há qualquer tipo de interesse de criar, sobretudo com o governo, qualquer tipo de celeuma, nós deputados, que estão aqui representados, compõem um bloco único na Casa que terá nesse colegiado de líderes um foro de discussão e decisões sempre pensando nos superiores interesses da população brasileira", disse.

No anúncio da aliança foi divulgado um manifesto que reconhece as diferenças ideológicas dos partidos, mas defende união em torno de pautas como a **reforma tributária** e o arcabouço fiscal.

"É preciso encontrar convergência nos diferentes e viabilizar o diálogo para que a Câmara funcione efetivamente como a força motriz de um sistema de engrenagens que possibilite o desenvolvimento do Brasil em todos os seus aspectos. Sem isso, projetos fundamentais para este momento correm o risco de serem bombardeados no Parlamento. Isso vai desde a tão esperada **reforma tributária** à garantia de verbas para a execução de políticas públicas. Do novo Marco Fiscal ao Bolsa Família", diz o texto.

"Ainda que nossa história passe por divergências ideológicas, estamos nos reunindo para selar um pacto pelo desenvolvimento pleno do Brasil nos âmbitos econômico e social, defendendo as pautas de maior interesse dos brasileiros." Além do simbolismo político de reunir o maior contingente de cadeiras, a união dos partidos em blocos dá aos maiores grupos um poder de mando na composição das comissões mistas (entre Câmara e Senado) que devem ser retomadas para a análise das medidas provisórias, na Comissão de Orçamento e no dia a dia das votações em plenário.

O tamanho dos blocos partidários também interfere em diversos aspectos do funcionamento do Legislativo: da atuação em plenário e das possibilidades de fala dos congressistas à distribuição de relatórios de projetos importantes.

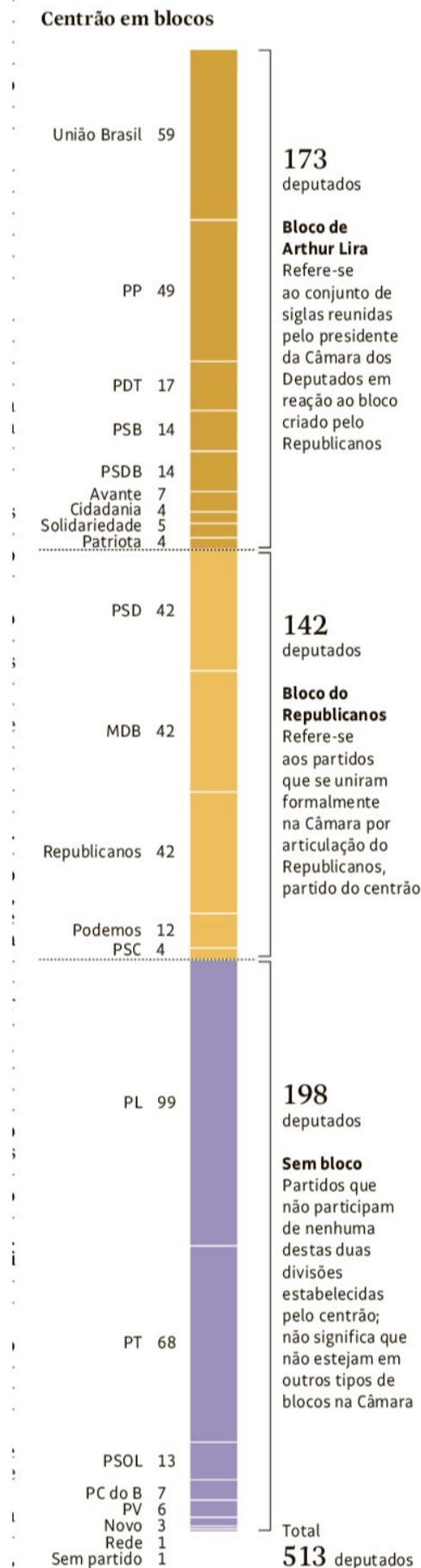
A sucessão de Lira também está em jogo, embora muita coisa possa mudar até fevereiro de 2025, quando está marcada a próxima eleição para o comando da Casa (Lira não pode disputar a reeleição).

Elmar Nascimento é considerado por vários parlamentares como o candidato de Lira à sua sucessão.

Mas a recente articulação de Republicanos, MDB, PSD, Podemos e PSC colocou em evidência outros possíveis candidatos, como o vice-presidente da Câmara, Marcos Pereira (Republicanos-SP), e o líder do MDB, Isnaldo Bulhões Jr. (AL).

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50245>



Grupo da reforma estuda alíquotas diferenciadas para saúde e educação

IANDER PORCELLA BRASÍLIA

O grupo de trabalho da **reforma tributária** estuda fixar duas alíquotas diferenciadas do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) para beneficiar setores que temem ser prejudicados com as mudanças, principalmente o de serviços, disse ao Estadão/Broadcast o deputado Mauro Benevides (PDT-CE), um dos integrantes da equipe. Os parlamentares escalados pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), para negociar a reforma têm se reunido com representantes de diversos segmentos da economia e devem apresentar um relatório final em maio.

A ideia, segundo Benevides, é que as duas novas alíquotas sejam inferiores à geral de 25% do imposto sobre consumo que será criado pela reforma com a extinção de **tributos** federais (IPI, PIS e Cofins), estaduais (ICMS) e municipais (ISS). Há consenso no grupo sobre a inclusão de serviços de saúde e educação com tratamento diferenciado. Também se discute atender o agronegócio e o transporte público.

Os percentuais ainda estão indefinidos. "Vamos ver que setores se adequam numa (alíquota) e que setores se adequam em outra. Vai depender do custo que cada um tem hoje." Segundo Benevides, a equipe de trabalho levará os dissensos sobre a reforma, incluindo a questão das alíquotas diferenciadas, ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a partir da próxima semana, quando ele volta da viagem à China.

REUNIÕES COM HADDAD.

A expectativa é de que haja uma reunião por semana dos integrantes do grupo da **reforma tributária** com o chefe da equipe econômica às sextas-feiras. Havia uma previsão de apresentar ainda nesta semana uma lista de consensos já formados desde a criação do grupo, mas o anúncio foi adiado porque os deputados querem "bater o martelo" com o governo.

"Podemos ter duas novas alíquotas além daquela de referência para que a gente possa contemplar todas as preocupações que existem de aumento de carga", disse o deputado.

"O setores de serviços, educação e saúde são os mais apavorados.

Eles pagam entre 11,75% e 12,80% e estão com medo de pagar 25%. Então, nós vamos usar pelo menos uma alíquota de referência e mais duas. São três alíquotas. Eles já vão ficar mais tranquilos." A discussão de alíquotas diferenciadas para alguns segmentos tem pautado a discussão da **reforma tributária**. Especialistas com experiência internacional, como a portuguesa Rita De La Feria, porém, dizem acreditar que o melhor modelo é o de uma alíquota única com ajuda direta aos mais pobres - países europeus também adotaram alíquotas diferenciadas, o que acabou prejudicando quem tem menos renda e criando litígios na Justiça. Segundo ela, benefícios são dados não por razões técnicas, mas porque há setores com poder muito grande, que exercem pressão na mesma medida.

MOBILIZAÇÃO DA SAÚDE.

No dia 5, entidades do setor de saúde enviaram carta ao grupo de trabalho para pedir tratamento diferenciado no texto da proposta.

As associações, que se reuniram com o secretário extraordinário para a **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, argumentam que os produtos de saúde são essenciais e, por isso, não deveriam entrar na alíquota única.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, também falou sobre o tema com os deputados no dia 4. "Sabemos que o setor de serviços é o que está mais preocupado com a **reforma tributária**. Então, há que se discutir naqueles setores, especialmente aqueles mais relevantes, como educação e saúde, é possível discutir uma questão de alíquota diferenciada", disse. Tebet frisou, contudo, que a decisão sobre tratamento tributário diferenciado cabe ao Congresso.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, também falou em tratamento tributário diferenciado.

"Para alguns setores que estão preocupados, tem solução, resolve.

Precisamos ter um imposto, mas podemos ter até mais de uma alíquota. É simplificar o modelo", disse, no dia 4, na posse da nova diretoria da Frente Parlamentar

pelo Brasil Competitivo, presidida pelo deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP).

No agro, segundo Benevides, a maior preocupação não é com a alíquota do IVA. "O agro está preocupado com o crédito presumido.

Como vão acabar todos os incentivos fiscais, esse crédito presumido vai acabar. E aí, qual a preocupação deles? Que eles compram de 180 mil pequenos produtores que não emitem nota fiscal. Não emitindo nota fiscal, eles não têm como dimensionar qual é o tamanho desses créditos, que hoje abate naquilo que vende", disse.

A mudança nos **impostos**

Mescla de propostas

O Grupo de Trabalho (GT) da **reforma tributária** discute hoje uma fusão entre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/19, de autoria da Câmara, e a 110/19, que tem origem no Senado O novo imposto

A ideia é criar um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) com uma alíquota geral de 25% sobre o consumo como substituto de **tributos** federais (IPI, PIS e Cofins), estaduais (ICMS) e municipais (ISS)

A tramitação

A PEC 45 tramitou em comissão especial na Câmara, com relatoria do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que agora também é o relator da reforma no GT e no plenário

Fundo de compensação

Entre as medidas estudadas, há a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, destinado a evitar que Estados e municípios percam receita. Ele seria abastecido com o aumento da arrecadação dos Estados consumidores e poderia durar por um período de transição de até 20 anos

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Depois da briga das MPs, Congresso não tem tempo a perder (Editorial)

Apauta do Congresso Nacional foi enfim desbloqueada, com a instalação de três comissões mistas para análise de Medidas Provisórias. Uma tratará da MP 1.154/23, que cria novos ministérios e reestrutura a organização do Executivo.

Outra cuidará da MP 1.162/ 23, que retomou o programa Minha Casa Minha Vida. A terceira se debruçará sobre a MP 1.164/23, com as regras do novo Bolsa Família. Apenas cem dias depois do início do governo Luiz Inácio Lula da Silva e 69 dias depois da posse de senadores e deputados, o Congresso voltará a tratar dos temas mais relevantes para os eleitores.

Já passou da hora de o Parlamento começar a trabalhar com seriedade.

A atual legislatura tem uma agenda enorme pela frente.

A paralisação da pauta resultou da querela entre os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sobre a tramitação das MPs. No primeiro trimestre de 2020, as Mesas Diretoras da Câmara e do Senado concordaram que, devido à pandemia, as comissões mistas não seriam instaladas. Em vez disso, as MPs teriam um trâmite veloz, com o poder nas mãos do presidente da Câmara. O pior da pandemia passou, mas Lira, contrariando a Constituição, queria manter de forma indefinida o acordo temporário.

As MPs são editadas pelo presidente da República com efeito jurídico imediato, mas precisam ser analisadas e votadas no Congresso num prazo de até 120 dias. Caso isso não aconteça, perdem a validade. Quando são deixadas de lado, trancam a pauta do Congresso.

É esperado que as três comissões mistas criadas nesta semana, com paridade entre deputados e senadores, marquem o fim desse período de imobilismo parlamentar. Agora ficará claro se o governo tem a capacidade de construir uma base confiável para aprovar seus projetos prioritários.

O mais urgente será o novo regime fiscal. Sem um plano para gerenciar a dívida pública no médio e longo prazos, a economia não voltará a crescer em

patamares elevados. Na apresentação do arcabouço fiscal, o governo se comprometeu a zerar o déficit e a obter superávits a partir de 2025, para garantir redução na dívida. Os detalhes da proposta, porém, ainda são incertos, e a discussão no Congresso é crítica para formular um regime confiável.

Mais adiante, quando chegar ao Congresso a proposta de **reforma tributária**, os deputados e senadores terão a missão de formar um consenso que represente um avanço significativo no sistema de **impostos** brasileiro, conhecido pela excessiva complexidade e pela dificuldade que impõe a qualquer um que se disponha a fazer negócios no Brasil. Uma vitória na questão tributária, que tem frustrado iniciativas governos a fio, traria uma mudança substantiva de percepção sobre Lula.

Além da votação de projetos do Executivo, seria bem-vinda uma postura mais ativa do Parlamento. É improvável que o governo priorize a reforma administrativa. Nesse e noutros casos, as lideranças do Congresso deveriam assumir o protagonismo. Com a energia voltada para barganhas espúrias e interesses paroquiais, o Congresso tem sido, com seu marasmo crônico, um dos maiores responsáveis pela anemia da economia brasileira. A perda de tempo com a querela das MPs é só a última prova disso. O início para valer dos trabalhos legislativos oferece uma boa oportunidade de mudar.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - ON LINE - RJ
Depois da briga das MPs, Congresso não tem tempo a perder

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Arcabouço fiscal e reforma tributária

Não poderia ser diferente: a proposta das novas regras fiscais, conhecidas como arcabouço fiscal, tem íntima relação com as propostas de **reforma tributária** que tramitam no Congresso Nacional e que o governo pretende apoiar: a mudança na tributação sobre o consumo, como primeira fase; e a mudança na tributação sobre a renda, a segunda fase. A confusão entre essas duas disciplinas chega ao nome do ramo do direito envolvido: direito fiscal - utilizado, muitas vezes, para designar o conjunto de regras sobre **tributos**. Na verdade, a matéria tributária pode ser considerada uma parte da matéria fiscal, que, além da arrecadação de **tributos**, regulamenta a destinação das despesas e a relação entre despesas e receitas públicas, executada no orçamento. Portanto, a sorte do arcabouço fiscal está, da mesma forma, intimamente associada ao futuro da **reforma tributária**.

Conclusão corrente sobre o arcabouço fiscal aponta para sua dependência ao aumento das receitas públicas. E por que é assim? Propõe-se o estabelecimento de metas (e bandas de variação) do superávit fiscal primário, que significa receita públicas menos despesas públicas, antes de computar o pagamento dos juros (serviço da dívida pública). Considerando que também se propõe a fixação de um piso para as despesas (0,6% real em comparação com as despesas do exercício anterior, além de um valor mínimo para investimentos públicos), o referido superávit fiscal somente será atingido com aumento de receitas públicas acima do piso das despesas.

Conclusão corrente sobre o arcabouço fiscal aponta para sua dependência ao aumento das receitas públicas

Basicamente, as receitas públicas aumentam por três fatores: **inflação** (como já comentei no blog Fio da Meada); crescimento econômico, porque parte da riqueza produzida é transferida aos cofres públicos; e aumento da arrecadação, ou seja, da carga tributária. O governo pretende controlar a **inflação**, até para conseguir a desejada redução da taxa de juros; o crescimento econômico depende de inúmeros fatores, inclusive conjuntura internacional, que não está sob o controle do governo; então, a única medida que está, em tese, sob controle do governo é o aumento da arrecadação de **tributos**. Entre em campo, então, a **reforma tributária** e suas etapas.

A **reforma tributária** em tramitação no Congresso Nacional tem como um dos seus "princípios" a

manutenção da carga tributária, vale dizer, não se pretende aumentar a carga tributária. Para isso, o novo sistema tributário será implementado de maneira gradual, sendo "testada" a alíquota do IVA, imposto que virá substituir os atuais **tributos** sobre o consumo e unificá-los. Mas como a carga tributária básica (atual) será determinada para efeito da sua manutenção?

O ministro da Fazenda tem dito que pretende aumentar a arrecadação fazendo com que setores e contribuintes que hoje não pagam passem a pagar **impostos**. Se é assim, poderíamos concluir que a carga tributária atual está subavaliada, pois há muita gente fora da tributação. Alguns desses "ausentes" estão nessa situação porque seus rendimentos são subtributados, o que seria resolvido com alterações na legislação do imposto sobre a renda. Considerando esses fatores, podemos chegar a duas conclusões: o que seria a segunda etapa da **reforma tributária**, que viria para tratar da tributação da renda, deve ser antecipada; e a carga tributária a ser mantida talvez não se restrinja àquela relativa exclusivamente à tributação sobre o consumo, mas inclua uma revisão, para cima, da carga tributária atual.

Adicionalmente, estima-se que a carga tributária de alguns setores tende a aumentar com a implantação do IVA, enquanto a de outros tende a reduzir. Exemplos dessa movimentação são, respectivamente, os serviços e a indústria. O que nos leva a entender, licitamente, que a carga tributária a ser mantida não será a individual de cada contribuinte, mas o somatório e o resultado das cargas tributárias individuais. Nos casos comentados até aqui, a carga tributária aumentará por novas incidências, por extinção de benefícios fiscais e pela ampliação da base de contribuintes, quer pela reforma dos **tributos** sobre o consumo quer pela reforma da tributação sobre a renda.

Outra influência do aumento da carga tributária, em valores nominais, é efetivamente o aumento da riqueza nacional (**PIB**). Também há estimativas de que a **reforma tributária**, quando aprovada e implementada, tem condições de provocar importante aumento do **PIB**. Mantida a apuração da carga tributária como percentual do **PIB**, o aumento desse índice de riqueza nacional permitirá o aumento, ainda que em termos nominais, da arrecadação tributária. Essa relação recursiva (de causa e efeito mútuos e recíprocos) entre **PIB** e carga tributária pode influenciar na fixação da alíquota do novo IVA - em

observância ao mencionado "princípio" da manutenção da carga tributária.

Nota-se, portanto, de maneira indubitável (diria até óbvia), a inter-relação entre a proposta do arcabouço fiscal e a proposta da **reforma tributária**. Acontece que, se a primeira, aparentemente, requer o incremento de receitas públicas (dentre elas principalmente as tributárias), a segunda estabelece como "princípio" a manutenção da arrecadação tributária (conquanto existam ainda várias dúvidas de como definir a carga tributária que será mantida). A necessidade de conciliar ambas as propostas nos coloca diante de uma excelente oportunidade para repensar o sistema tributário brasileiro: pensar as duas etapas (consumo e renda) em conjunto, de modo a construir uma tributação mais justa no Brasil.

Edison Carlos Fernandes é doutor em Direito pela PUC/SP, professor da FGV Direito SP, sócio do FF LAW e colaborador do blog Fio da Meada

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Arcabouço fiscal e **reforma tributária**

Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2023/04/13/arcabouco-fiscal-e-reforma-tributaria.ghtml>

Após formação de novo superbloco , veja como fica a correlação de forças na Câmara

Por Kevin Lima, g1 - Brasília

A Câmara dos Deputados terá uma nova organização de forças com a criação do novo "superbloco" de partidos anunciado nesta quarta-feira (12).

O tamanho das bancadas e dos blocos partidários é importante moeda de troca na negociação política direta com o governo e na distribuição de cargos e comissões na Casa. Na prática, quanto maior o número de parlamentares reunidos em uma sigla ou bloco, maior a influência política do grupo na Câmara

A criação do "superbloco" - que reúne PP (partido do presidente da Câmara, Arthur Lira), União Brasil, PDT, PSB, Solidariedade, Avante, Patriota e pela federação Cidadania-PSDB - é a mais recente reorganização de forças na Casa.

O grupo reúne 173 deputados e demonstra a força de Lira na Casa. No superbloco , há partidos claramente alinhados ao governo Lula, como PSB e PDT, mas outros que não são da base, como o PP.

O bloco é uma reação à oficialização de um outro grupo de partidos - MDB, PSD, Republicanos, Podemos e PSC -, com 142 deputados. Esse grupo, criado no mês passado, ofuscou na ocasião as negociações de Lira para viabilizar um conjunto de siglas com peso para influenciar as decisões na Casa.

Uma proposta de emenda à Constituição (PEC), por exemplo, pode demonstrar a força ou o fracasso político de um governo. Para a aprovação de um texto desse tipo, são necessários três quintos dos deputados (308).

O governo pretende votar, nos próximos meses, alguns temas considerados essenciais, como a PEC da **reforma tributária**.

Esse é o maior bloco. O líder do grupo, deputado Felipe Carreras (PSB-PE) diz que o grupo será fiel a Lira e também dará sustentabilidade a Lula.

Bloco que sem sombra de dúvidas vai ter importância para governabilidade, a estabilidade política do país", disse Carreras.

Segunda maior força da Câmara, o bloco tem 142

parlamentares. Foi oficializado no último mês. O líder do grupo é o deputado Fábio Macedo (Podemos-MA).

Os cinco partidos já estavam unidos desde 1º de fevereiro para a reeleição de Lira à presidência da Casa.

O bloco, segundo o blog do Camarotti, é visto como uma tentativa de esvaziamento do poder de Lira na Casa. O alinhamento ao governo Lula não é claro. O grupo reúne parlamentares aliados, independentes e de oposição.

O PL é a terceira maior bancada da Casa e não está em bloco nenhum. Tem 99 deputados e é liderada pelo deputado Altineu Côrtes (RJ). É oposição ao governo.

Impulsionado pelo então presidente Jair Bolsonaro, o partido elegeu o maior número de deputados nas últimas eleições, em outubro de 2022. A sigla chegou a integrar o "blocão" formado para a eleição de Lira, mas deixou nas primeiras semanas de funcionamento da Câmara.

Com 81 deputados, a federação partidária PT-PCdoB-PV, intitulada "Brasil da Esperança", é a quarta força da Câmara. O líder é o deputado Zeca Dirceu (PT-PR).

A federação é um modelo no qual os partidos têm que se manter unidos por, no mínimo, quatro anos para além da atuação na Câmara. Dentro da Casa, são consideradas como blocos.

Esse grupo foi formado para dar sustentação à campanha eleitoral de Lula em 2022. Em fevereiro passado, assim como o PL, chegou a participar do "blocão" de Lira, mas também se desvinculou. Segue, no entanto, como sustentação a Lula.

Quinta maior bancada, a federação PSOL-Rede tem 14 deputados e é liderada na Câmara pelo deputado Guilherme Boulos (PSOL-SP).

A federação foi formada em 2022 para garantir que as duas siglas cumprissem a cláusula de barreira, que estabelece índices mínimos de votação para a distribuição de recursos mensais do fundo partidário, utilizado para gastos referentes à manutenção das

siglas, e do tempo de propaganda eleitoral em rádio e televisão.

Os partidos não se aliaram a Lira em fevereiro e lançaram candidato próprio à presidência da Câmara, o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ). A federação é aliada ao governo Lula.

Assim como o PSOL, o Novo decidiu não aderir ao "bloco" de Arthur Lira e foi isolado na Casa. Hoje, o partido tem 3 deputados. A liderança da bancada é da deputada Adriana Ventura (SP).

O partido defende oposição a Lula.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/13/apos-formacao-de-novo-superbloco-veja-como-fica-a-correlacao-de-forcas-na-camara.ghtml>

Entenda desafios da proposta de reforma tributária debatida no Congresso

Fernanda Strickland

Em um debate que se arrasta há décadas, uma pergunta se impõe: qual **reforma tributária** é possível no Brasil? Essa indagação conduziu o primeiro painel do CB Talks realizado ontem no auditório do Correio . O debate reuniu o deputado e relator da **Reforma Tributária** na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB); o presidente da Unafisco, Mauro Silva; o ex-senador Roberto Rocha; e o diretor de programa da **Receita Federal**, Fernando Mombelli.

Ao comentar o tema, Ribeiro defendeu uma mudança na regra tributária que atenda ao interesse do país , e que não leve em conta apenas os anseios do governo ou de parcela da sociedade. Uma reforma como essa é estruturante para o país. Ela é progressiva porque visa distorcer o que construímos ao longo de 50 anos de história, onde nos especializamos, ao longo desse tempo, em construir o pior sistema tributário do planeta , criticou.

O parlamentar lembrou a dificuldade do país em competir em nível global. Segundo o ranking Competitividade Brasil, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Brasil ocupa a 16ª posição na escala que mede o potencial competitivo das empresas brasileiras.

Estamos fora do mundo. Precisamos fazer esse ajuste porque não temos como concorrer hoje, com quem quer que seja. Esse sistema é muito caro e traz o famoso Custo Brasil, que é impeditivo. Oitenta por cento do chamado Custo Brasil estão no sistema tributário brasileiro , destacou.

O ex-senador Roberto Rocha, que foi relator da PEC 110/2019, apresentada pelo senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), definiu o atual sistema como um manicômio tributário e alertou para o fato de que a complexidade afasta os investimentos do Brasil, ampliando a pobreza com a não geração de riqueza.

Rocha avaliou, ainda, que o sistema tributário brasileiro está na era analógica, enquanto a sociedade já é digital. A consequência disso é a disparidade na arrecadação, especialmente entre as maiores empresas do país, citando as plataformas que não são tributadas.

Nós temos o maior restaurante do Brasil, que não tem uma panela; a maior rede de táxis, que não tem um carro; e a maior rede de hotel do país, que não tem um quarto , exemplificou o ex-senador. Por fim, Rocha defendeu ainda que, após a aprovação da reforma no parlamento, será necessário se debruçar sobre uma reforma administrativa.

Edifício tributário

O presidente da Unafisco, Mauro Silva, enfatizou o papel decisivo dos parlamentares para o sucesso da reforma. Utilizando a analogia da construção de um edifício para exemplificar o que seria o novo sistema tributário, Silva definiu os parlamentares como os engenheiros do prédio .

Não adianta um desenho muito bem feito se os engenheiros que forem colocar de pé esse prédio tributário, chamado Brasil, não estiverem bem sintonizados e aproveitarem as experiências dos problemas passados , afirmou, ao destacar a importância do diálogo para a construção da reforma.

A reforma é um desafio político que depende de que a sociedade seja esclarecida, para que essa compreensão chegue também até o Congresso Nacional. Há obstáculos a serem ultrapassados, e só o debate pode fazer com que se clareie os caminhos , frisou.

O diretor de programa da **Receita Federal**, Fernando Mombelli citou alguns desses desafios. Um dos principais, na opinião dele, é manter a atual carga tributária, sem aumentá-la. Temos que manter a base tributária entre os entes federativos. Isso é um desafio porque se reflete em tudo. Precisa calcular o passado, trazer isso para o presente, para impactar no futuro, e calcular a alíquota modal, para que assim tenhamos a efetiva tributação , explicou.

Aguinaldo Ribeiro comentou a complexidade de se definir uma regra tributária justa. Uma reforma como essa não é uma reforma de governo, é uma reforma do Estado brasileiro. Aliás, é uma coisa que nós perdemos de vista. Nós discutimos e implantamos as políticas de Estado. São aquelas que decidimos como cidadãos, não importa se vai ser a esquerda ou a direita ou centro que vai executar. Mas nós sabemos para onde queremos ir , completou.

O relator externou o tipo de pressão a que é exposto. Algumas pessoas me perguntam: você acha que tem ambiente para se aprovar uma **reforma tributária**? E eu respondo: Não vai ter ambiente nunca. Se a gente fosse pensar, o ideal era primeiro reduzir o tamanho do Estado. Adaptar o Estado à nossa realidade, reduzir o compromisso fiscal que nós temos hoje. E aí fazer uma reforma que a gente pudesse reduzir a carga tributária, apontou.

Aguiinaldo ressaltou a urgência de se rever o modelo tributário. Temos primeiro a exaustão de um sistema tributário que ninguém consegue mais conviver com ele. Nem a federação, nem os entes federados, nem os setores, constatou.

Um edifício com problemas

A proposta de **reforma tributária** que tramita no Congresso está sendo discutida de forma fatiada. No primeiro semestre, será tratada a reformulação nos **tributos** sobre o consumo e a reforma do Imposto de Renda, que inclui a tributação sobre dividendos, ficará para o segundo semestre. O presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco)**, Mauro Silva, defendeu que a reforma seja tocada de maneira unificada.

Não tem sido essa a opção do governo, mas entendemos que temos classe política e corpo técnico competentes para levar em paralelo tanto a reforma sobre o consumo quanto sobre a renda, avaliou Mauro Silva. Acho que temos capacidade para isso, mas há aqueles que acreditam que o foco é melhor, enfatizou. Compreendo a opção política atual, mas faço o chamado para essa reflexão, de que é capaz e talvez até facilite a discussão sobre o consumo, levar em paralelo a discussão sobre a tributação da renda, acrescentou.

Ao fazer a analogia do sistema tributário com um edifício, ele citou cinco pilares: tributação sobre o consumo, renda, patrimônio, comércio exterior e o sobre o financiamento da previdência. Para o presidente da Unafisco, há problemas em todos os andares do edifício e não é possível focar apenas em determinadas distorções do sistema tributário atual.

Esse novo prédio, chamado Brasil, tem que contemplar todos esses andares e também o velho prédio [o sistema atual], aquele que mostramos que há privilégios, muitos pobres e é complexo. Temos dialogado com o Congresso no sentido dessa preocupação de não desconsiderar a importância da administração tributária, afirmou.

Uma vez que a renda das famílias e o investimento das empresas chegue em mais de 80% do **PIB** (Produto Interno Bruto), é compreensível que se jogue um olhar mais preocupante sobre a tributação do consumo. Mas eu não posso ignorar que este prédio não tem só um andar, insistiu.

O presidente da Unafisco reforçou que em um país como o Brasil, o financiamento da previdência tem uma necessidade de ajudar os mais pobres. Isso tem sido esquecido na **reforma tributária**. O que estamos assistindo é a precarização das relações de trabalho, criticou.

Bicicleta

Ele citou, por exemplo, a situação de trabalhadores empregados em plataformas digitais. Esse tal de empreendedorismo do cara de bicicleta, que é praticamente um trabalho semi-escravo; os aplicativos estão erodindo a base das folhas de salários e comprometendo o financiamento da previdência, afirmou Silva. Ele citou ainda o movimento de pejetização, com a ampliação de Microempreendedores Individuais (MEIs). Segundo ele, o fenômeno também enfraquece a folha de salários.

Os problemas desse andar mal têm sido tocados e é preciso encarar isso, porque é um problema social gravíssimo, destacou Mauro Silva. No caso da tributação do patrimônio, o auditor fiscal lembrou da cobrança do IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores), que também deveria ser cobrado de jatinhos; e a tributação sobre heranças, que tem no Brasil uma das alíquotas mais baixas do mundo, não passando de 8%, enquanto países desenvolvidos cobram de 30% a 50%.

Aqueles países citados para dizer que o Brasil precisa chegar lá cobram essas alíquotas, mas nessa hora ninguém gosta de citar, observou Mauro Silva. Se precisamos ser igual ao Chile ou aos Estados Unidos, então que sejamos também na tributação sobre a herança, no ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação), comparou o presidente da Unafisco. Ele citou também benefícios fiscais ineficientes, enormes e bilionários na área do Imposto de Renda, que precisam ser tratados.

Pobre é mais penalizado

O ex-senador Roberto Rocha (PTB-MA) apontou que o projeto da **reforma tributária** discutido atualmente na Câmara dos Deputados tem o objetivo de corrigir as injustiças do sistema tributário brasileiro, que tributa proporcionalmente mais o pobre que emprega toda a sua renda em consumo. Nesse sentido, o ex-senador

definiu o sistema tributário atual como um manicômio tributário . Ele foi relator da proposta de emenda constitucional 110/2019 na Casa.

Rocha disse também que a complexidade tributária do sistema brasileiro torna a gestão fiscal extremamente cara ao empresário. As empresas pagam no Brasil mais de 1% do **PIB** só para fazer a gestão tributária , destacou. Para Rocha, a alta das alíquotas e a complexidade do sistema afastam os investimentos do Brasil, ampliando a pobreza com a baixa geração de riqueza.

A base de arrecadação brasileira é injusta, sustentou o ex-senador. Ele lembrou que o sistema tributário obtém 50% de sua arrecadação na tributação sobre o consumo, enquanto apenas 17% de toda a arrecadação em **tributos** é sobre a renda.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Notícias Relacionadas:

CEILÂNDIA EM ALERTA

Entenda desafios da proposta de **reforma tributária** debatida no Congresso

THE WORLD NEWS

Entenda desafios da proposta de **reforma tributária** debatida no Congresso

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/04/5087008-entenda-desafios-da-proposta-de-reforma-tributaria-debatida-no-congresso.html>

Avanços e desafios do novo arcabouço fiscal (Artigo)

Felipe Salto, ECONOMISTA-CHEFE DA WARREN RENA, FOI SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO E O PRIMEIRO DIRETOR-EXECUTIVO DA IFI

O arcabouço fiscal do ministro Fernando Haddad pode funcionar como uma espécie de freio ABS da dívida pública.

Evita travar as rodas do automóvel para garantir frenagens mais seguras, embora não se deva prescindir de uma boa condução. A política fiscal também é assim: combinação de regras e direção. Neste artigo, discuto três pontos: os efeitos da nova regra de gastos sobre a trajetória da relação dívida/**PIB**, as estimativas preliminares para a despesa do governo federal no primeiro ano do novo modelo e as chamadas metas de resultado primário.

O programa anunciado tem dois eixos: uma trajetória para o resultado primário (receitas menos despesas sem contar os juros da dívida) e uma regra de gastos baseada em 70% da taxa de variação real da receita líquida do governo central. A proposta do governo é começar com um resultado primário igual a zero já em 2024. Isso requereria um esforço fiscal (aumento de receita ou corte de despesa) elevado entre 2023 e 2024. Contudo, mesmo sem ele, a aplicação da regra de gastos nas simulações melhora a trajetória de endividamento estimada.

A dívida/**PIB** poderia saltar dos atuais 73% para 95% do **PIB**, em dez anos, sob premissas de crescimento econômico médio pouco abaixo de 2% e taxas de juros reais médias em torno de 4,5% ao ano. Na presença da nova regra para as despesas, a dívida continuaria a subir, mas a um ritmo muito menor, ficando de 8 a 10 pontos percentuais do **PIB** inferior ao nível do cenário original no fim do período. É o freio em ação.

É possível sondar os efeitos da nova regra aplicando-a retroativamente.

No período de 2011 a 2022, desconsiderando as despesas realizadas no âmbito do combate à covid-19, nos últimos três anos, podemos recalcular a despesa primária pela regra do novo arcabouço e compará-la à despesa efetivamente observada. A diferença entre uma e outra equivale à economia atribuível à regra. O

resultado, a preços de 2022, é um esforço adicional médio estimado em R\$ 64,6 bilhões ao ano.

Sobre a fixação de metas de resultado primário, as bandas e a inserção da trajetória de saldo primário em lei complementar são boas inovações. A vantagem da meta de resultado primário, que existe desde 1999, é a relação direta com a sustentabilidade da dívida/**PIB**, já que leva as receitas e as despesas.

O problema da nova proposta é o tamanho do ajuste: sair de um déficit de R\$ 107,6 bilhões, em 2023 (estimativa do governo), para zero, já em 2024. Depois, superávits de 0,5% e 1% do **PIB** em 2025 e 2026.

Das medidas anunciadas para as receitas, Fernanda Castro e eu estimamos receita potencial de até R\$ 65 bilhões anualizados derivada da limitação de subvenções originadas em benefícios do ICMS descontados pelas empresas do lucro apurado para recolhimento de **tributos** federais. Isoladamente, mesmo que esses recursos entrassem integralmente em 2024, ainda restaria um déficit.

De todo modo, a calibragem da meta de primário não pode macular a análise da outra parte do arcabouço. Além disso, a contenção do gasto discricionário (não obrigatório) pode ajudar a conter o déficit de 2024.

Em 2024, as despesas da previdência, hoje em 44% do gasto primário, crescerão a 2,5% em termos reais; os gastos com pessoal, em torno de 19%, devem avançar a 2%; o abono salarial, o seguro-desemprego e o benefício de prestação continuada, uma fatia de 8%, aumentarão a 2,5%; o Bolsa Família (8,5% da despesa), por sua vez, deve seguir a **inflação**. Já as despesas discricionárias (9,6% do gasto), a partir do nível alto de 2023, podem cair 4% em termos reais. A fatia de gastos remanescente, de cerca de 11%, deverá crescer a 1,5% além da **inflação**.

Se confirmadas, essas estimativas levariam a um aumento da despesa primária total, em 2024, de 1,5% em termos reais, dentro do intervalo da nova regra: 0,6% a 2,5%. A receita líquida precisaria crescer a 2,1%, uma vez que 70% disso resultaria justamente em 1,5%.

Ocorre que as projeções indicam um desempenho

ruim para a arrecadação federal até o meio deste ano, provável momento do cálculo da regra. No cenário mais restritivo, o gasto teria de crescer pelo piso, de 0,6%.

Cabe lembrar que o atual teto de gastos foi ampliado em R\$ 145 bilhões em 2023, com mais R\$ 24,1 bilhões por fora das regras fiscais. Isso explica o nível alto orçado para as despesas discricionárias, mesmo após a revisão bimestral, de mais de R\$ 190 bilhões. Projetamos uma despesa ao redor de R\$ 170 bilhões para 2023, abaixo do autorizado. Em 2024, se o governo fixar os gastos discricionários em nível próximo ao de 2022 (cerca de R\$ 15 bilhões inferior ao de 2023), a taxa de 0,6% seria respeitada, tudo o mais constante. Esse crescimento equivaleria a 10% da taxa média do biênio 2022-2023.

No período de 2011 a 2019, a despesa cresceu a 2,3% ao ano em termos reais.

O arcabouço fiscal é bom. A dependência das receitas para gerar resultado primário, no curto prazo, preocupa, mas não anula os efeitos benéficos sobre a dinâmica fiscal derivados do controle do gasto público.

Daí meu otimismo cauteloso.

Se preferir, esperançoso.

Felipe Salto, ECONOMISTA-CHEFE DA WARREN RENA, FOI SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO E O PRIMEIRO DIRETOR-EXECUTIVO DA IFI

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Qual o melhor arcabouço fiscal? (Artigo)

Raul Velloso Consultor econômico

Começamos pelo "teto de gastos", regra simples adotada com vigência a partir de 2016 pelos dois últimos governos, que incide sobre o total dos gastos, e sob a qual estes não poderiam subir mais que a **inflação**.

Acabou ficando claro que ele não conseguiria funcionar satisfatoriamente como instrumento de efetivo controle fiscal, por não levar - como na maioria das discussões atuais ainda hoje não se leva - em consideração a extrema rigidez da despesa pública brasileira, em que os analistas acabam se esquecendo de olhar especialmente para os itens que crescem mais, destacando-se o relativo à Previdência. Reduzir tal rigidez, a meu ver, é o "x" da questão. É mais demorado de solucionar, mas, ao final, se resolve, e cria expectativas favoráveis.

Como simplesmente impor um crescimento máximo para o gasto total pode, rapidamente, dar com os burros na água, pois a quase totalidade dos itens não se curva às tentativas convencionais de ajuste, a saída que acaba tentando os governos, após quase zerar os investimentos em infraestrutura, como acabou ocorrendo por aqui, é se redirecionar para o lado de aumentar a arrecadação. Isso é algo contra que, a princípio, a maioria reage - ora bolas, quem gosta de pagar mais **impostos**?

-, mas os governos acabam correndo para ele, como parece ser agora quando se propõe limitar a despesa orçada para t+1 a 70% da receita (seja esta qual for), ou seja, quanto mais receita, mais despesa, agradando aos políticos, ainda que a variação real desta fique limitada, ao final, a 2,5% ao ano.

A partir desse ponto, uma forte crítica tem apoio em estudo citado em vídeo no YouTube (<https://bit.ly/3zR9NzE>), recente e oportunamente indicado por Alexandre Schwartsman, que demonstra que, como acabará acontecendo por aqui, quanto mais os programas de ajuste se concentrarem do lado da arrecadação, pior o desempenho do **PIB** que os acompanhará - e quem é a favor de mais queda do **PIB**?

O que fazer? Buscar um substituto para o teto foi ponto a favor da nova administração.

O cuidado que se deve ter é não errar pela segunda vez na escolha. A saída, a meu ver, ainda que demore

mais, é uma só: concentrar o esforço de ajuste nos itens de maior peso no gasto, especialmente Previdência, com mais de 50% do total, cujo equacionamento é, pasmem, obrigação constitucional.

Ou seja, deve-se abrir espaço orçamentário por aí, ainda que demore mais. Pois o que sobrar melhor atenderá à população na assistência social, saúde, educação e infraestrutura.

Raul Velloso, Consultor econômico

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Baixa da inflação nos EUA tem impacto no mercado de câmbio

SERGIO CALDAS, GABRIEL BUENO DA COSTA e ANTONIO PEREZ

A **inflação** nos Estados Unidos no acumulado de 12 meses desacelerou de 6%, em fevereiro, para 5% em março, segundo dados divulgados ontem pelo Departamento do Trabalho norte-americano. Na comparação mensal, houve alta de 0,1% em março ante fevereiro. O resultado ficou abaixo da mediana de analistas consultados pelo Estadão/ Broadcast - de alta de 0,2%.

Apenas o chamado núcleo do CPI, que exclui preços mais voláteis como de alimentos e energia, avançou 0,4% na comparação mensal em março, vindo em linha com o consenso do mercado.

Entre os componentes do índice, o da habitação teve a maior contribuição para a **inflação** no mês, com alta de 0,6%, ante fevereiro, e de 8,2% na comparação com março de 2022. Segundo o Departamento de Trabalho, isso acabou anulando o efeito do declínio no índice de energia (3,5% no mês e 6,4% na comparação anual).

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, afirmou que o resultado registrado no mês passado mostra "progresso continuado na nossa luta contra a **inflação**". Em **comunicado**, ele ressaltou o fato de que o índice em 12 meses está no melhor patamar desde maio de 2021 no país.

O presidente americano afirmou que continua a luta do governo para reduzir custos às famílias, e ainda rejeitou propostas de republicanos no Congresso para reduzir **impostos** para as maiores empresas.

DÓLAR ABAIXO DE R\$ 5.

O mercado de dólar refletiu o resultado da **inflação** em março a partir da avaliação de que a desaceleração dos preços pode mudar a trajetória de alta dos juros nos Estados Unidos. Nesse contexto, o real apresentou o melhor desempenho entre divisas de países emergentes e exportadores de commodities: o dólar fechou o dia em queda de 1,31%, cotado a R\$ 4,94 - menor valor de fechamento desde 9 de junho passado.

"O grande fator para a queda do dólar é certamente a

mudança da perspectiva para a política monetária americana. A projeção para os FedFunds no fim do ano caiu recentemente de 5,60% para 4,38%. Isso teve grande impacto no valor do dólar frente a divisas emergentes", afirmou o economista-chefe do Banco Pine, Cristiano Oliveira. "O resultado aumentou as apostas de que o Fed (o banco central americano) pode ser menos duro na alta de juros, o que foi positivo para moedas emergentes", completou a economista Cristiane Quartaroli, do Banco Ourinvest.

Outro fator que ajudou a reduzir a cotação do dólar foi a alta do preço das commodities, diante de sinais positivos da economia chinesa. Isso abre a perspectiva para maior entrada de recursos no País.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Principal efeito da taxaço de asiáticas será na arrecadaço



rcio. Centro de distribuço em Hong Kong: para analistas, asiáticas continuarão competitivas, mesmo com taxaço

**IVAN MARTÍNEZ-VARGAS, CAROLINA NALIN E
RAPHAELA RIBAS economia@oglobo.com.br SÃO
PAULO E RIO**

Ofim da isenço de **impostos** a encomendas importadas de valores até US\$ 50 é considerado por especialistas em varejo e **tributos** como mais relevante, no curto prazo, para a arrecadaço federal do que para eliminar eventuais vantagens competitivas de plataformas de ecommerce estrangeiras.

Especialistas ouvidos pelo GLOBO afirmam que plataformas como Shein, Shopee e Aliexpress, alvo das críticas de varejistas brasileiras por supostamente operarem com vantagens tributárias, ainda devem manter preos altamente competitivos, especialmente em categorias como vestuário e eletrnicos de segunda linha.

A importaço de pequenos valores tem crescido nos últimos anos, impulsionada por vestuário feminino e eletrnicos. Segundo dados do Banco Central compilados pela finte-ch Vixtra, no ano passado foram importados, em produtos de pequeno valor, mais de US\$ 13,14 bilhões, ante US\$ 5,7 bilhões em 2021.

A estudante Sara Rocha, de 26 anos, faz compras internacionais desde 2019. Na pandemia, passou a comprar produtos internacionais com mais frequência, principalmente roupas, sempre abaixo de US\$ 50 (cerca de R\$ 250). Em março, foi surpreendida com uma taxaço ao comprar peas na Shein: - Fiz uma compra de R\$ 205 e, quando acessei o app de rastreio, vi que fui taxada em R\$ 260. Não valia a pena (pagar a taxa). Recusei a entrega e solicitei o

reembolso. Fiz um novo pedido, e dessa vez não fui taxada.

A taxaço se deve ao fato de a isenço valer para remessas entre pessoas físicas, não compras de empresas estrangeiras, o que muitos brasileiros ignoram.

Nas redes sociais, depoimentos de consumidores sendo taxados são cada vez mais frequentes. Somente em fevereiro deste ano, 253 pessoas disseram ter sido taxadas ao comprar na Shein, segundo levantamento feito pelo GLOBO a partir de dados do Twitter. No mesmo período, somente quatro relataram terem sido taxados ao comprar na Shopee.

Para Fernando Gamba, são-cio-líder de varejo da consultoria KPMG, o fim da isenço deve acabar com o incentivo para que plataformas estrangeiras fracionem as encomendas. Mas ele afirma que "mesmo com a tributaco de 60% o produto estrangeiro ainda tem competitividade", porque tem custos de produço menor e escala global: -Quando a populaço está em estresse financeiro e pouco crédito, como hoje, a compra se d em funço de preo.

MELHOR TAXAR NA ORIGEM Guilherme Mercês, diretor de Economia e Inovaço da Confederaço Nacional do Comércio (CNC), considera a medida positiva para o varejo brasileiro, mas ressalta que "não é uma varinha de condão" para devolver a competitividade das empresas locais: -O fim da isenço reduz a distorço que existe em termos tributários. Hoje, há compras que não são necessariamente feitas para as pessoas físicas. Muitas pes soas jurídicas compram sem imposto para revender aqui. Isso precisava acabar.

Segundo o presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), Jorge Gonçalves Filho, a sonegaço de **impostos** nas importaçoes de plataformas eletrnicas internacionais gera evasão tributária hoje em torno de R\$ 30 bilhões: - A partir da instruço normativa dos Correios, toda importaço vai ter que ter documentaço legal. Não tem nada novo, não é um novo tributo -afirma. -A competiço ficará menos desigual para o mercado interno.

Roberto Kanter, professor da FGV, diz que a medida

do governo só terá efeito se houver a obrigação de as plataformas estrangeiras passarem a embutir no preço de venda os **tributos** a serem pagos. Ele lembra que a Amazon americana já faz isso, mas em plataformas de envio direto muitas vezes o preço não inclui os **tributos**, o consumidor é apenas avisado que pode ser taxado.

Em nota, a Shein afirma que reconhece "a importância em propor melhorias para as regras no Brasil de modo a fornecer segurança jurídica para os operadores".

Já a Shopee diz que a medida não afetará seus clientes. A empresa ressalta que mais de 85% de suas vendas são de vendedores brasileiros, e não do exterior. E manifesta apoio a "qualquer mudança tributária que apoie o empreendedorismo brasileiro".

O Mercado Livre reitera que as compras internacionais representam uma pequena parte do volume de vendas no Brasil e que respeita a **legislação tributária** vigente.

Procurada, a AliExpress não retornou até o fechamento desta edição.

Dívida do Brasil vai subir até 2028, estima FMI

Sergio Lamucci De São Paulo

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que a dívida bruta do Brasil aumente de 85,9% do **PIB** em 2022 para 88,4% do **PIB** em 2023, projetando novas altas nos cinco anos seguintes, até atingir 96,2% do **PIB** em 2028. Os números são bem superiores às projeções para a média dos emergentes, que deve ficar em 68,8% do **PIB** em 2023. O endividamento bruto brasileiro é o terceiro maior de 35 países desse grupo para os quais há previsões disponíveis para 2023, atrás apenas dos 98,3% do **PIB** da Ucrânia e dos 92,9% do **PIB** do Egito.

Na lista de grandes emergentes, a dívida brasileira só chegará em 2028 abaixo da chinesa, que será de 104,9% do **PIB**, segundo as projeções do Fundo - ante 77,1% do **PIB** no ano passado. O nível da dívida bruta brasileira daqui a cinco anos, pelos cálculos do organismo, será similar ao de países como Portugal (96,5% do **PIB**) e Canadá (91,1% do **PIB**).

Os dados fazem parte do Monitor Fiscal, relatório divulgado nesta quarta-feira (18). O documento não comenta detalhes do novo arcabouço fiscal, apresentado pelo Ministério da Fazenda no fim do mês passado. O Fundo apenas observa que o teto de gastos está sendo revisado - uma referência à nova regra fiscal, cujo projeto deverá ser enviado ao Congresso em breve. O organismo também não comentou sobre o arcabouço fiscal na coletiva de imprensa realizada na manhã de ontem em Washington.

Desse modo, as projeções do Fundo para os números fiscais do Brasil não levam em conta o eventual efeito do novo arcabouço fiscal. Vale lembrar que o FMI calcula a dívida bruta do país por um critério diferente do usado pelas autoridades brasileiras.

Enquanto o Fundo inclui na sua estimativa os títulos públicos que estão na carteira do Banco Central (BC), a autoridade monetária brasileira não o faz.

Pelo conceito do BC do Brasil, a dívida bruta ficou em 73,1% do **PIB** em janeiro deste ano, um pouco abaixo dos 73,4% do **PIB** de dezembro do ano passado.

Nas projeções apresentadas pelo Ministério da Fazenda, a dívida bruta brasileira vai alcançar em

2026 números entre 73,56% do **PIB** e 77,34% do **PIB**, a depender do nível do resultado primário e do nível dos juros - o crescimento do **PIB**, outro fator fundamental para a dinâmica do endividamento público, não é explicitado na apresentação. Para 2026, o FMI projeta uma dívida bruta em 95,2% do **PIB**, mais que os 93,2% do **PIB** estimados no Monitor Fiscal de outubro do ano passado.

No relatório divulgado ontem, o Fundo projeta a trajetória do endividamento brasileiro até 2028, quando ela alcançaria os 96,2% do **PIB**. No texto, a instituição diz que o declínio na dívida ocorrido em 2021 e 2022, devido ao resultado melhor que o esperado na receita e de surpresas inflacionárias, deve se reverter no médio prazo. Pelo critério do FMI, a dívida brasileira atingiu 96,8% do **PIB** em 2020, caindo para 90,7% do **PIB** e 85,9% do **PIB** em 2021 e 2022. A **inflação** mais alta impulsionou a arrecadação, também ajudada pelos preços de commodities elevados, além de inflar o **PIB** em termos nominais.

Para este ano, a dívida voltará a crescer, num cenário de menor crescimento da economia, mais gastos com juros e o fim do efeito da **inflação** elevada e dos preços de commodities altos.

Pelos números divulgados nesta quarta-feira, o FMI estima que o resultado primário do setor público consolidado deste ano será um déficit de 2% do **PIB**, depois do superávit de 1,3% do **PIB** do ano passado. Para 2024, a previsão é de um rombo de 1% do **PIB**. O setor público consolidado inclui as contas do governo central (formado por Previdência, Tesouro e Banco Central), Estados, municípios e estatais não financeiras, excluindo Petrobras e Eletrobras.

Pela nova regra fiscal apresentada pelo ministro Fernando Haddad, a meta de resultado primário para o governo central - e não para o setor público consolidado - é uma banda entre um déficit de 0,75% do **PIB** e um rombo de 0,25% do **PIB**; para 2024, a banda vai de um déficit de 0,25% do **PIB** a um superávit de 0,25% do **PIB**.

No Monitor Fiscal, o FMI diz que o resultado primário (receitas menos despesas, exceto gastos com juros) vai piorar neste ano, dada a extensão de programas sociais e reduções de **impostos** promovidas em 2022, "embora algumas medidas de compensação estejam

consideradas para reduzir os déficits". O FMI divulgou na terça-feira (11) o Panorama Econômico Mundial (WEO, na sigla em inglês), apresentando as suas novas projeções para a economia global. No caso do Brasil, revisou o crescimento de 2023 de 1,2% para 0,9%, mantendo a estimativa para 2024 em 1,5%.

Nesta semana, o FMI e o Banco Mundial realizam a reunião de primavera em Washington, nos EUA.

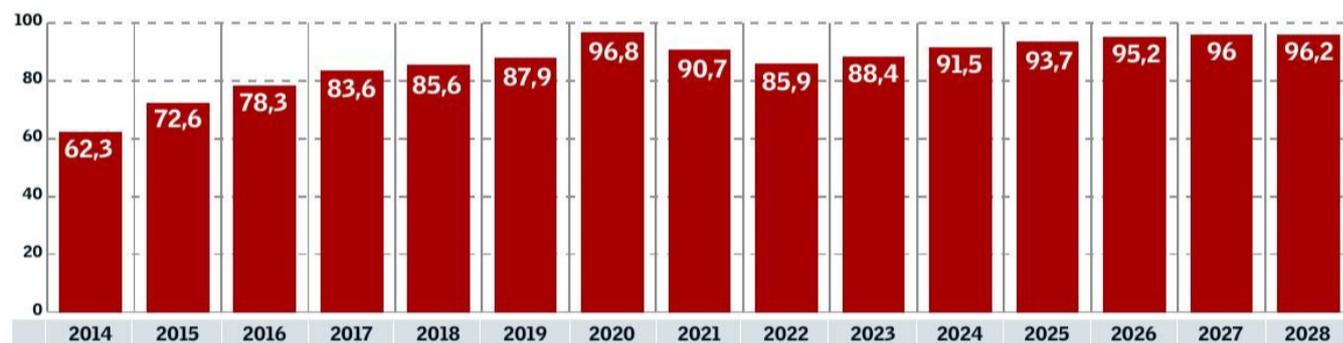
Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187518?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187518?page=1§ion=1)**

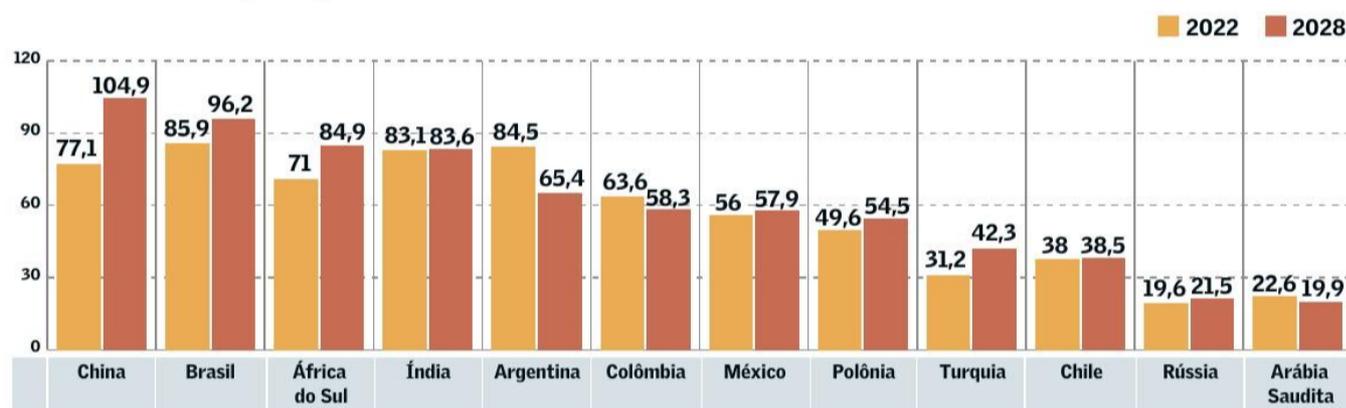
Conta Pesada

Brasil tem uma das maiores dívidas entre grandes emergentes.

Dívida bruta brasileira, em % do PIB



Dívida entre emergentes, em % do PIB



Fonte: FMI

Dólar cai para R\$ 4,94, valor mais baixo desde junho de 2022

Renato Carvalho

A perspectiva de esfriamento da economia nos Estados Unidos -o que beneficia o fluxo de recursos estrangeiros para países emergentes, como o Brasil- fez a cotação do dólar cair ainda mais nesta quarta (12) e chegarão menor patamar desde o dia 9 de junho de 2022.

O dólar comercial à vista caiu 1,31% e fechou a R\$ 4,941, depois de descer a R\$ 4,91.

Também contribuiu para o movimento a avaliação positiva, feita por investidores brasileiros, do arcabouço fiscal -proposta apresentada pelo ministrada Fazenda, Fernando Haddad, para equilibrar as contas públicas e frear o crescimento da dívida pública como proporção do **PIB**.

Na avaliação dos agentes do mercado, os dois eventos também teriam potencial de melhorar as condições para que o Banco Central reduza a taxa de juros básica do país, a Selic, hoje no patamar de 13,75%.

Lucca Ramos, assessor de renda variável da One Investimentos, afirma que há uma perspectiva mais clara de que os juros podem começar a cair em breve, o que ajuda setores como bancos, varejo e construção.

"Isso vai elevar a pressão para que o BC comece a cortar os juros aqui no Brasil. Mas é provável que faça isso somente no segundo semestre", afirma Fernando Bento, CEO e sócio da FMB Investimentos.

Com a percepção sobre o comportamento dos juros no Brasil começando a mudar, no mercado futuro as taxas fecharam com altas moderadas. Nos contratos para janeiro de 2024, saíram de 13,12% do fechamento de terça (n) para 13,14%.

Para janeiro de 2025, os juros subiram de 11,76% para 11,81%. No vencimento em janeiro de 2027, as taxas saíram de 11,73% Para 11,76%.

A Bolsa de Valores também viu seus preços favorecidos pela boa recepção da nova regra fiscal, já que uma possível redução dos juros aumenta a atratividade de ativos de maior risco, como as ações.

Depois de chegara superar os 108 mil pontos, a Bolsa só perdeu um pouco do ímpeto depois da divulgação da ata da mais recente reunião do Fed (Federal Reserve, o banco central americano), que definiu a alta de 0,25 ponto percentual na taxa de juros nos EUA.

O Ibovespa fechou esta quinta em alta de 0,64%, a 106.889 pontos. Na máxima do dia, o índice bateu a máxima de 108.277 pontos, pouco antes da divulgação da ata do comitê do Fed.

A maior cautela aconteceu porque analistas classificaram como duro o tom da ata do Fome (o comitê responsável pela política monetária nos Estados Unidos).

"Em termos de preços, a Bolsa brasileira está barata, quando olhamos a relação entre o valor das ações e os lucros das companhias. Isso ajuda a manter esse bom momento, mesmo após a forte alta de ontem", disse Lucca Ramos, da One Investimentos.

Entre as cinco maiores altas do dia no índice, ficaram as ordinárias do Banco do Brasil (6,96%), as preferenciais do Banco Pan (4,19%) e as ordinárias da Petz (3,68%).

Outro dado de **inflação** que ajuda o desempenho da Bolsa nesta quarta-feira é a primeira prévia do IGP-M de abril, com deflação de 0,9%, ante queda de 0,2% na mesma prévia de março, como ressalta a equipe da Mirae Asset em relatório.

Uma perda de fôlego da **inflação** brasileira também joga a favor da redução da taxa de juros pelo Banco Central brasileiro.

lennie Li, estrategista de ações da XP, enxerga diferenças entre os momentos das Bolsas americanas e a brasileira. "Por lá, os investidores tentam balancear suas decisões olhando para **inflação**, juros e recessão. Por aqui, o mercado já havia colocado nos preços um cenário bastante pessimista. E depois da **inflação** de março, essa perspectiva começa a mudar."

Nos EUA, um dos pontos considerados duros na ata do Fome foi o apoio de alguns membros do comitê a

uma alta de 0,50 ponto percentual nos juros.

"Na ata, foi sinalizado que "nem mesmo uma crise bancária fará o Federal Reserve deixar de procurar cumprir a sua meta", afirma Lucas Schwarz, analista da VG Research.

Vários membros do Fed consideraram, na reunião sobre juros realizada no mês passado, interromper os aumentos da taxa até que ficasse claro que a falência de dois bancos regionais não causaria maior estresse financeiro. Mas mesmo esses diretores acabaram concluindo que a **inflação** alta ainda era a prioridade.

"Alguns participantes destacaram que teriam considerado um aumento de 0,50 ponto percentual [nos juros], na ausência dos desdobramentos recentes no setor bancário", disse a ata.

Sehwarz apontou o termo "recessão" usado na ata, levantando a hipótese de que a atividade econômica americana pode ter uma retração em 2023. "Não descartaria novos aumentos de juros em 2023, a depender dos dados de **inflação**", disse.

As projeções dos membros do Fed para os juros indicam uma nova alta de 0,25 ponto na reunião de maio. Mas alguns membros do Fed disseram nesta quarta-feira que a desaceleração da economia pode ser suficiente para controlar a **inflação**.

As avaliações, porém, são dúbias. A presidente do Fed de San Francisco, Mary Daly, disse que, embora a força econômica dos Estados Unidos, o aperto do mercado de trabalho e a **inflação** muito alta sugiram que há "mais trabalho a fazer" em relação aos aumentos dos juros do Fed, outros fatores, incluindo as condições de crédito, podem exigir uma pausa.

Os preços ao consumidor nos Estados Unidos tiveram leve alta em março com a queda do custo da gasolina, mas os aluguéis altos mantiveram as pressões inflacionárias.

O índice de preços ao consumidor subiu 0,1% no mês passado, após avançar 0,4% em fevereiro, informou o Departamento do Trabalho nesta quarta-feira (12).

Nos 12 meses até março, o índice avançou 5%, o resultado mais fraco desde maio de -2021. Em fevereiro a **inflação** havia subido. Excluindo os componentes voláteis de alimentos e energia, o índice de preços ao consumidor aumentou 0,4% no mês passado, após alta de 0,5% em fevereiro. Os aluguéis continuaram a impulsionar o chamado núcleo do índice.

Em relatório sobre o indicador, o Bank of America

afirma que a maior contribuição para o núcleo da **inflação** em março foi dos preços de moradia e avaliou que ela vai desacelerar com mais força no segundo semestre.

Ao pesar das informações, os investidores nos EUA decidiram pela cautela. O índice Dow Jones fechou em baixa de 0,11%. O S P 500 caiu 0,41%, enquanto o Nasdaq, mais sensível às projeções sobre juros e crescimento, caiu 0,85%.

Ao Financial Times Nancy Davis, gerente de portfólio da Quadratic Capital, disse que o alerta de recessão foi a "principal conclusão" da ata e que "a janela de aterrissagem suave parece estar fechando rapidamente". Matt Maley, estrategista-chefe de mercado da Miller Tabak+Co, afirmou que o declínio nas ações se deveu aos comentários de que uma recessão agora era claramente o cenário base do Fed.

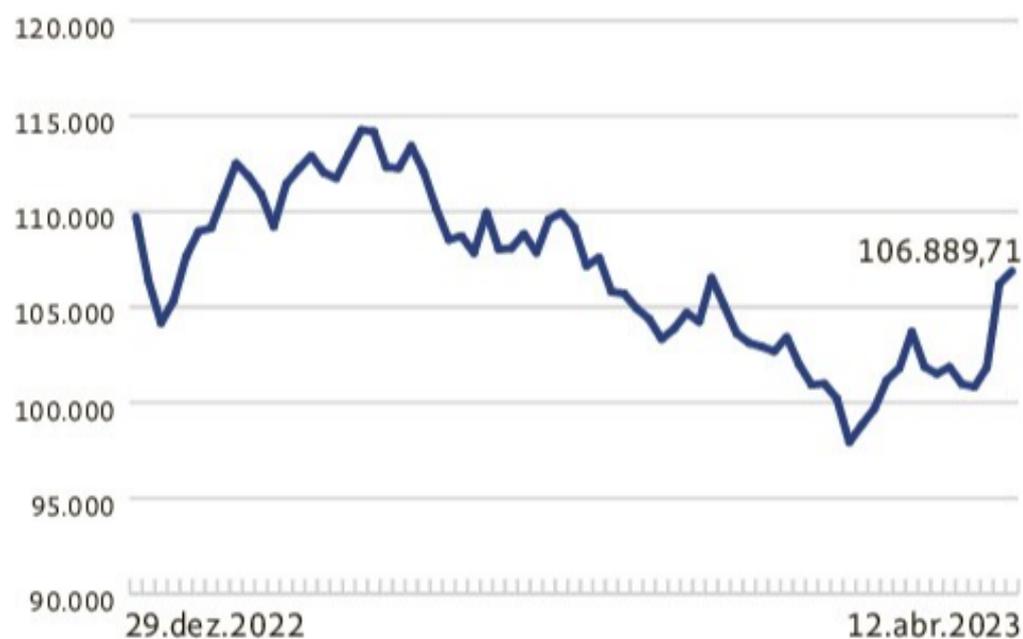
Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50245&maxTouch=0&_ga=2.78570196.154012437.1681189877-1380897342.1635735907

Bolsa volta a subir e dólar fecha abaixo de R\$ 4,95

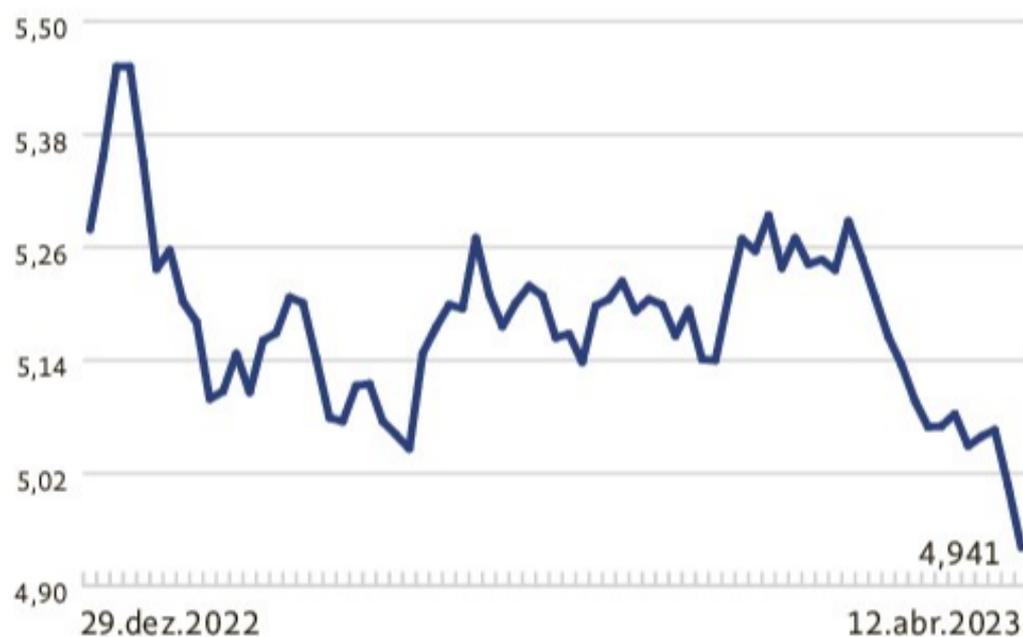
Ibovespa em 2023

Fechamento diário, em pontos



Dólar comercial em 2023

Fechamento diário, em R\$



Fonte: CMA

Inflação cai, mas pressões de demanda permanecem, afirma presidente do BC

Bernardo Caram Thiago Amâncio

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta quarta-feira (12) que a **inflação** no Brasil caiu, mas pressões permanecem em meio a um componente de demanda "relativamente forte".

Em apresentação divulgada pela autarquia, usada em reunião fechada com investidores organizada pela XP em Washington, Campos Neto disse ainda que as expectativas de **inflação** de longo prazo estavam ancoradas em 2022, mas desde novembro passado iniciou-se um processo de deterioração.

O boletim Focus, que capta as projeções de mercado para indicadores econômicos, mostra que as expectativas de **inflação** seguem piorando, inclusive em horizontes mais longos. A mediana das estimativas para o IPCA em 2024 passou de 4,02% há um mês para 4,14% nesta semana. Para 2025, o dado passou de 3,80% para 4%.

Em meio ao aperto monetário para controlar a **inflação**, o presidente do BC disse que dados sugerem um arrefecimento do mercado de trabalho. Ele destacou que há desaceleração em novas operações de crédito, com mudança na composição dos empréstimos para categorias de alto custo, elevando índices de inadimplência.

O presidente do Banco Central afirmou que entre novembro do ano passado e janeiro deste ano o mercado vinha prevendo novos aumentos na taxa Selic, mas essa visão mudou a partir de fevereiro, com expectativa de corte da taxa básica em um horizonte de seis meses.

Atualmente, a Selic está em 13,75% ao ano, nível mais alto desde o início de 2017.

No evento da XP, Campos Neto voltou a elogiar a proposta do novo arcabouço fiscal, do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, como já havia feito antes, em um processo de apaziguamento após semanas de tensões com o governo Lula em torno das taxas de juros.

Na última semana, ele já havia dito em evento do Bradesco que "o que foi anunciado até agora elimina o risco de cauda, para aqueles que achavam que a

dívida poderia ter uma trajetória mais explosiva". Relatório do FMI desta quarta apontou que a dívida bruta brasileira deve voltar a crescer neste ano e atingir 88,4% do **PIB**.

Em evento na tarde de terça no Council of the Americas, também em Washington, Campos Neto fez os elogios ao marco fiscal. A uma plateia de investidores estrangeiros, o presidente do Banco Central reforçou a autonomia do órgão e se preocupou em mostrar que o Brasil tem uma situação financeira boa para negócios, segundo uma pessoa presente. O encontro foi fechado para a imprensa.

Campos Neto ainda concordou com as projeções do FMI que apontam um cenário global de incerteza, mas foi otimista em relação ao Brasil. Investidores presentes elogiaram a maneira como o banco levou a sério a **inflação** e o comprometimento com a política monetária.

Um investidor questionou ainda sobre a ideia de uma moeda comum entre Brasil e Argentina, que causou turbulência no debate econômico em janeiro. Campos Neto respondeu que essa é uma ideia da qual se fala há anos e que qualquer esforço para criar uma moeda comum precisa considerar a **inflação** dos dois países, que está acima de 100% na Argentina, o que torna este um momento difícil para debater o tema.

Campos Neto está em Washington para participar das reuniões de primavera do FMI e do Banco Mundial, que reúnem autoridades econômicas de todo o mundo em Washington. Paralelamente, há eventos para que essas autoridades se encontrem com investidores estrangeiros.

Haddad não viajou a Washington porque integra a comitiva presidencial que foi à China.

Em seu lugar participa o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, que foi a reunião com investidores em evento organizado pelo JP Morgan na manhã desta quarta.

Segundo ele, o encontro serviu para "tirar algumas dúvidas que ainda existem nos investidores" sobre o novo arcabouço fiscal e o "mapa de voo" que o governo tem para retomada do crescimento.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50245&maxTouch=0&_ga=2.78570196.154012437.1681189877-1380897342.1635735907

Gestão fiscal: caminho a trilhar (Artigo)

Desde o segundo governo Lula, o País vive um clima de desconfiança em relação aos indicadores fiscais, seja pela capitalização da Petrobras, seja pela contabilidade criativa. De fato, a insegurança sobre a mensuração da situação fiscal e os conceitos de dívida pública foi marca desse período.

Só a falta de credibilidade pode explicar a emergência da Emenda do Teto de Gastos num país que já dispunha do sólido arcabouço de Planejamento e Orçamento, posto pela Constituição de 1988 - à época, mediante emenda de minha autoria como deputado constituinte -, e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O teto de gastos foi um erro macroeconômico, afinal, qualquer expansão da atividade geraria a retenção da receita pública adicional, com efeito contracionista sobre a demanda da economia, limitando a dinâmica de crescimento.

Não bastasse isso, as sucessivas emendas constitucionais para validar as despesas extraordinárias transformaram o teto num piso de referência.

Pior, a Emenda do Teto de Gastos desconstruiu políticas públicas, gerando retrocessos onde estavam se consolidando políticas de Estado.

O piso de gastos com a saúde, estabelecido a partir da Emenda 29, e as vinculações para a educação foram submetidos ao teto, gerando imensas perdas para a população assistida por essas políticas.

Ademais, o irrealismo deste regime fiscal ante o crescimento dos benefícios previdenciários produziu a aniquilação do investimento público e significativa desorganização de segmentos críticos do aparelho de Estado. Hoje, no entanto, está afastado o equívoco macroeconômico da Emenda do Teto, recolocando a conexão entre receitas e despesas na definição da política fiscal.

No novo arcabouço anunciado pela equipe econômica, as despesas podem crescer no próximo Orçamento, no máximo, 70% da expansão das receitas já realizadas no ano de tramitação da proposta de Lei Orçamentária.

O Executivo federal pretende criar um mecanismo anticíclico na calibragem da relação entre a despesa e a receita.

Seriam dois condicionantes: 1) o limite de ampliação da despesa de 2,5%, combinado com 2) o piso de crescimento do gasto de 0,6%. A depender do resultado primário registrado no ano, a despesa pode crescer menos ou mais em relação à variação da receita.

A nova regra fiscal proposta segue o padrão que subsistiu por todo o período posterior à crise da dívida externa de 1982/1983 e, mais adiante, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso: compromisso é com superávit primário de 0,5% e 1,0% do Produto Interno Bruto (**PIB**), em 2025 e 2026, respectivamente, depois do equilíbrio de 2024. Vale notar que a proposta institui um sistema de bandas de 0,25% acima e abaixo do centro da meta anual.

Ainda há pouca informação sobre aspectos como regras de gastos por Poderes e órgãos, mas há uma tendência de que os gastos com saúde e educação recuperem o valor que foi reduzido quando da vigência do teto de gastos. Piso de enfermagem e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) já têm previsão constitucional de não contabilização nos limites de crescimento do gasto. O investimento público teria o piso, com base no previsto pelo Orçamento de 2023, de R\$ 71 bilhões.

Ao mesmo tempo, poderiam ser utilizados os recursos de superávit primário excedente em relação à banda superior, limitado a um determinado percentual.

As críticas indicam a necessidade de elevar a carga tributária para garantir metas de resultado primário mesmo com as despesas decorrentes das políticas sociais prometidas por Lula. Creio que esses reparos não levam em conta o peso do Congresso Nacional na definição da carga tributária e o fato de que há espaço para ajustes razoáveis na administração dos **tributos**, como o Imposto de Renda antecipado de fundos de investimento exclusivos, que está consignado no Projeto de Lei do Senado Federal 336/2018.

Não há dúvidas de que o avanço possível com o novo arcabouço fiscal anunciado é substantivo. Podemos fazer previsões de despesas que dialogam com a macroeconomia e as receitas públicas. Ao mesmo tempo, há mecanismos, como as bandas relativas ao resultado primário, razoavelmente flexíveis para estancar a pilhéria das sucessivas emendas para aprovação de gastos superiores ao falecido teto.

De fato, podemos encerrar este triste capítulo da gestão fiscal brasileira.

Há que notar que o novo arcabouço fiscal proposto se utiliza do ferramental que o mercado conhece, qual seja, o resultado primário. E propõe uma política fiscal que vai do equilíbrio, em 2024, ao superávit de 0,75% a 1,25% do **PIB**, em 2026. Assim, o horizonte fiscal do País está desenhado.

Na expectativa de uma convergência entre as políticas fiscal e monetária, cabe ao Banco Central promover os ajustes na taxa de juros condizentes com a nova realidade, assim que ela se concretizar na aprovação da legislação e nas expectativas do mercado. É a melhor parte disso: poderemos escapar do bate-boca institucional sobre a taxa de juros, o que só tem nos levado a mais incertezas econômicas.

José Serra, ECONOMISTA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Agora, ligeiro otimismo - CELSO MING

CELSO MING

Rola uma certa melhora no "astral", como se diz por aí, por conta de certos desempenhos da economia acima dos esperados.

Não é nada definitivo, mas são dados que indicam aumento da dosagem da confiança e reforçam apostas de que os juros não demorarão a cair.

A **inflação** (evolução do IPCA) de março foi de 0,71%, inferior à que vinha sendo esperada, e apontou para uma difusão também mais baixa: apenas 59,95% dos itens que compõem a cesta de consumo do brasileiro apontaram para alta de preços, ante os 65,25% de fevereiro.

A cotação do dólar fechou em R\$ 4,94 nesta quarta-feira, menor valor desde junho de 2022, movimento que, se persistente, tende a baratear os produtos importados e exercer certo impacto moderador sobre a alta do custo de vida - apesar do avanço dos preços do petróleo e dos combustíveis. A alta expressiva da Bolsa de Valores, de 4,91% nestes primeiros seis dias úteis de abril, é outra indicação de melhora das expectativas.

O desempenho do varejo também foi positivo, embora as estatísticas correspondam apenas ao já distante janeiro: crescimento de 3,8% sobre dezembro de 2022, o mês costumeiramente mais forte do movimento do comércio.

E não é só aqui no Brasil. Nesta quarta-feira, o Departamento do Trabalho dos Estados Unidos mostrou uma elevação do custo de vida de apenas 0,1% em março, um degrau abaixo do esperado.

No dia anterior, a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, também apontou para uma evolução global "razoavelmente otimista" e para uma **inflação** sob controle na economia global. Na outra ponta preocupante, também vai refluindo a crise bancária nos Estados Unidos e na Europa, que abalou os mercados em março.

Ou seja, algumas das fortes incertezas apontadas pelo Banco Central do Brasil para justificar a manutenção dos juros altos começam a se dissipar.

Isso não significa ainda que a queda dos juros já esteja no radar do Copom. Seu presidente, Roberto Campos Neto, já tomou a iniciativa de alertar que são

apenas alguns números favoráveis que ainda não configuram tendência firme e que, por isso, não garantem afrouxamento próximo da política de juros.

O que se pode dizer é que, a despeito da gritaria dos setores mais radicais do governo Lula e também de empresários, a política de juros começa a mostrar resultados.

Mas o prontuário geral do paciente segue precário. A atividade econômica geral continua fraca; o crédito asfixiado; a política econômica propriamente dita, emperrada; e, atenção, o tal arcabouço fiscal ainda não foi testado.

Notícias Relacionadas:

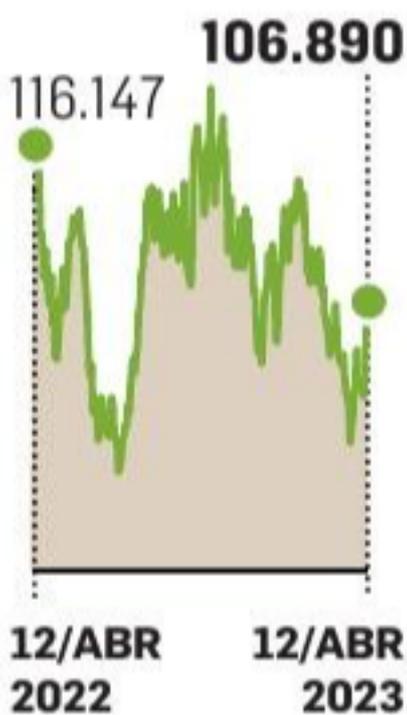
O LIBERAL - BELÉM - PA
Agora, ligeiro otimismo

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

ALÍVIO MOMENTÂNEO

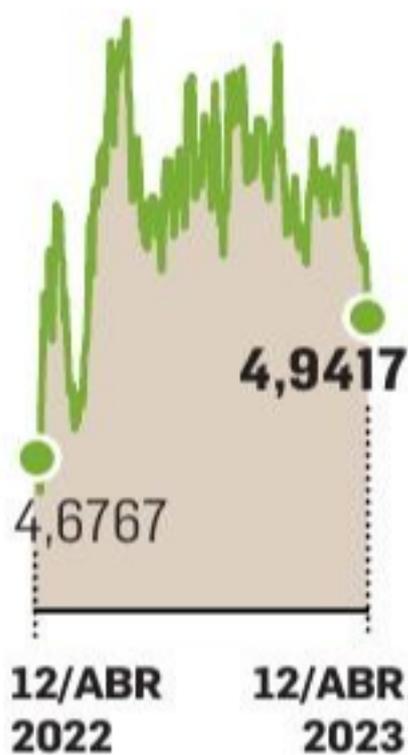
Índice
Bovespa

EM PONTOS



Dólar
dos EUA

EM REAIS



FONTE: BROADCAST/ INFOGRÁFICO: ESTADÃO

A investidores, Campos Neto nega mudança na Selic

ALINE BRONZATI/ENVIADA ESPECIAL A WASHINGTON

Em conversa ontem com investidores, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, comparou a Selic a uma dosagem de antibiótico e disse que ainda não é hora de reduzir os juros no Brasil - apesar da desaceleração da **inflação** em março. "Se você parar no meio do tratamento só porque você tem os primeiros sintomas mais positivos, você pode perder todo o efeito", afirmou ele, segundo apurou o Estadão/Broadcast. Campos Neto participou de evento aberto só a convidados organizado pela XP Investimentos em Washington (EUA), em paralelo às chamadas reuniões de primavera do FMI e do Banco Mundial.

Quando indagado por investidores sobre pressões políticas para baixar os juros no Brasil, Campos Neto desviou das perguntas.

Também evitou fazer comentários sobre a possibilidade de mudar a meta da **inflação**, mencionando a experiência internacional mostrando que não necessariamente isso ajudaria a reduzir as taxas.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Marinho defende fórmula antiga para alta do mínimo

Guilherme Pimenta De Brasília

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, confirmou que o Ministério da Fazenda sugeriu o uso do **PIB** per capita como indexador na nova política do salário mínimo, conforme revelou ontem o Valor.

"Isso [uso do **PIB** per capita] é uma das sugestões entre várias.

Ainda não está batido o martelo por parte do governo de qual será", disse o ministro aos jornalistas após audiência na Comissão de Trabalho da Câmara.

"Há a sugestão das centrais, que parte de um piso de 2,4% além do **PIB**, e há as formatações que vêm sendo discutidas no governo.

A área econômica vem fazendo várias sugestões, entre elas **PIB** per capita. Mas quem vai bater o martelo final é o presidente Lula", confirmou o ministro.

Apesar da proposta da Fazenda, que traz um impacto fiscal menor para a União, o Ministério do Trabalho e a ala política defendem a política que vigorou nos primeiros mandatos do presidente Lula, que prevê a **inflação** mais **PIB** de dois anos anteriores.

Marinho disse aos deputados que a política anterior, que é da preferência de sua pasta, "teve eficiência muito grande". "Impactou na distribuição de renda e não impactou no que diziam, que o aumento real poderia elevar o desemprego e a informalidade, bem como a **inflação**." Para este ano, a elevação do salário mínimo de R\$ 1.302 para R\$ 1.320, a partir do dia 1º de maio, tem impacto previsto de R\$ 4,5 bilhões nas despesas primárias do governo neste ano, ou cerca de R\$ 375 milhões por R\$ 1 a cada mês.

Durante a audiência na Câmara, Luiz Marinho também defendeu mais uma vez que o saque aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) "criou farra do sistema financeiro com o fundo de garantia". Desde o início de sua gestão na pasta, o ministro tem defendido uma revisão no modelo.

"Estamos avaliando qual remédio vamos adotar, como consertar esse problema", afirmou o ministro do Trabalho. "Temos quase R\$ 100 bilhões alienados pelos bancos em empréstimos", criticou Marinho, ao

dizer que, em breve, a proposta de mudanças na regra será submetida ao Congresso Nacional.

Na comissão, ele também defendeu que a redução da taxa básica de juros poderá gerar empregos em massa no país e repetiu que a regulamentação das plataformas de transporte por aplicativos pode ser enviada ao Congresso Nacional ainda no primeiro semestre.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187518?page=1§ion=1>

"Arcabouço fiscal pode ajudar mercado a mudar de patamar"

Mariana Ribeiro, Matheus Prado, Adriana Cotias e Anaís Fernandes De São Paulo

A melhora dos mercados nos últimos dias tem por trás o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à proposta do novo arcabouço fiscal, avalia o chairman do BTG Pactual, André Esteves. Para ele, a sinalização de Lula soa como uma "rearrumação" do governo após um período de "cacofonia". O plano para as contas públicas pode levar o mercado local "a mudar um pouco de patamar", acrescenta.

Em evento realizado ontem pelo banco, Esteves disse acreditar que o Banco Central (BC) deve começar o ciclo de afrouxamento monetário, ou ao menos sinalizar esse início, no fim do primeiro semestre ou no início do segundo.

Esteves afirmou que, além de sugerir uma trajetória sustentável para as contas públicas, o novo arcabouço traz outras mensagens positivas. Para ele, mais importante que o plano em si foi o apoio do presidente e a postura do Ministério da Fazenda de ouvir sugestões sobre a proposta.

"Essa combinação de fatores deve fazer o mercado mudar um pouco de patamar aqui." Sobre o mercado de crédito, o executivo afirmou que o aperto está acima do esperado devido ao caso Americanas, que criou "uma natural restrição no mercado de capitais". Parte do que o mercado vinha servindo foi absorvida pelos bancos e parte ficou de fora.

Questionado sobre a necessidade de uma eventual atuação do BC, o executivo afirmou que há dois caminhos para o regulador: tomar medidas macroprudenciais para normalizar o mercado de capitais ou deixar essa ampliação dos efeitos da política monetária (devido à restrição adicional no crédito) agir para eventualmente antecipar o início da queda de juros.

"Acho que o BC está adotando o segundo caminho. Talvez a gente viva um pouquinho mais de ansiedade, mas isso traz mais para perto a eventual queda dos juros", avalia. Na sua visão, algum tipo de afrouxamento monetário deve começar entre junho e agosto. "Além disso me parece excessivamente apertado." Já o gestor de portfólio do BTG Júlio Filho disse não acreditar que o BC irá começar a cortar a

taxa básica já em junho, como parte do mercado começou a especular após a apresentação do arcabouço e a surpresa positiva com o IPCA de março. Ele, no entanto, acredita que, quando a autoridade monetária iniciar a reversão do ciclo, a queda será mais rápida do que os investidores precificam no momento.

"Ainda temos expectativas desancoradas e **inflação** de serviços forte. Assim, não achamos que haverá corte já em junho, e sim quando a atividade sentir maior efeito das taxas, no fim deste ano ou no início do próximo, e com uma magnitude maior do que o mercado espera", disse Filho.

Rodrigo Azevedo, sócio-fundador e co-CIO da Ibiuna Investimentos e ex-diretor de Política Monetária do BC, disse no evento que o momento é de o BC se preocupar em trazer a **inflação** para a meta, não com o ciclo econômico, e que o próprio governo está criando dificuldades para um eventual corte da Selic em junho.

"O mandato do BC não é atividade econômica, é entregar a **inflação** na meta e, sujeito à **inflação** na meta, tentar suavizar o ciclo econômico. Faz três anos que o BC está suavizando o ciclo econômico, que a **inflação** está muito acima do topo da meta." Carlos Woelz, sócio-fundador da Kapitalo, afirmou que o Brasil tem espaço para cortar os juros e que o mercado local vive certa animação nos últimos dias com alguma sinalização de responsabilidade fiscal que pode ajudar na travessia até a próxima sucessão presidencial.

Mas, a seu ver, a desaceleração global pode colocar tudo a perder.

"O mercado gosta de qualquer tipo de teto de gastos, mesmo que seja suave, basicamente porque o governo tende a ser gastador, estava preocupado se chega até a próxima eleição, se tem essa avaliação tem "upside" se não for um plano econômico totalmente maluco, o mercado tende a olhar para o preço de bolsa, real, muito atrativos, e juros também", disse o gestor. "Embora a dinâmica seja boa, na desaceleração global que vai acontecer, o plano fraco vai ser rasgado, tenho um pouco de dúvida se opero esse curto prazo que parece ser bom." Em relação ao debate em torno das metas de **inflação**, Esteves disse

que as discussões sobre elas deixarem de ser anuais, e mesmo sobre perseguir o alvo atual por um período mais longo, são pertinentes e bem-vindas, mas o debate deve ser técnico e não político.

"Tem uma discussão que acontece já há algum tempo, e que nada tem a ver com esse governo ou com essa gestão do BC, sobre se o nosso sistema de metas deveria deixar de ser anual", disse. "Na maioria dos países a meta é não gregoriana. Essa discussão nada tem a ver com a angústia do momento e acho bem-vinda." Há um segundo aspecto, que é o ambiente global de **inflação** mais alta. "Não podemos ficar como grandes heróis achando que a nossa **inflação** vai ser 3%", disse. O país não deve abandonar a sua ambição monetária de longo prazo, mas talvez construir uma transição.

"Algo como "a meta continua sendo 3%, mas, dado o ambiente internacional, buscá-la em um período um pouco mais longo." Sobre o ambiente internacional, disse acreditar que o mercado americano está mais animado do que deveria com o futuro da política monetária nos EUA. "A turma acha que o Fed vai cortar os juros no mês que vem ou daqui a duas ou três reuniões, acho que isso não vai acontecer. Acho mais fácil cair no Brasil que lá."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187518>